

Acção Socialista



N.º 1298 1 Fevereiro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt



DEBATE QUINZENAL

Primeiro-ministro anuncia três novas medidas sociais:

Complemento Solidário para Idosos aumenta para 400 euros
Criação do subsídio social de maternidade
Aumento de 20 por cento no abono de família das famílias monoparentais

PÁGINA 19



Novo Aeroporto de Lisboa: Governo decidiu com elevado sentido de responsabilidade

ENTREVISTA A MÁRIO LINO, MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

PÁGINA 2

EM INICIATIVA DA FEDERAÇÃO DE SETÚBAL

Sócrates critica ataques inqualificáveis à ASAE

5

NOVO REGIME DE ELEIÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS



Mota Andrade: "A nova lei das autarquias reforça o poder das assembleias municipais"

20

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA



Carlos Beato: "A escolha de Alcochete para o novo aeroporto é uma boa notícia para Grândola"

13

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE



Pedro do Carmo: "Estamos numa batalha pela credibilização de Ourique"

16



Nesta edição Suplemento "Europa"

“Governo decidiu com elevado grau de responsabilidade”

MÁRIO LINO, MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS

O Governo “não recuou” na escolha de Alcochete para a localização do novo aeroporto de Lisboa, o que fez foi decidir com “elevado grau de responsabilidade” face aos novos elementos que resultaram do relatório do LNEC, afirma o ministro das Obras Públicas. “E isso é louvável”, acrescenta. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Mário Lino reafirma que irá ser alterado o regime de três das sete SCUT actualmente em exploração, mas faz questão de sublinhar que este é um modelo que se deve manter como expressão de uma política estruturante de “desenvolvimento regional das zonas mais deprimidas do país”.

Porquê a escolha do campo de tiro de Alcochete para a localização do novo aeroporto de Lisboa?

Acima de tudo, o que está em causa é a necessidade de o país avançar com o processo de construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), atendendo a que a capacidade da Portela está em vias de se esgotar. Não podemos perder mais tempo.

Relativamente à escolha do Campo de Tiro de Alcochete (CTA), esta teve por base, fundamentalmente, o conteúdo e as conclusões do relatório do LNEC, que procedeu a uma avaliação comparada das alternativas de localização do NAL na zona da Ota e na zona do CTA. Não obstante tratar-se de uma decisão política, esta foi alicerçada num trabalho técnico de elevada qualidade, levado a efeito pelo LNEC, o qual concluiu que a localização do NAL no CTA é globalmente mais favorável do que a localização do mesmo na Ota.

Quais os parâmetros que foram analisados na comparação para as localizações entre a Ota e Alcochete?

O estudo do LNEC foi desenvolvido com base numa avaliação estratégica comparada, orientada para definir um espaço de decisão. Nesta perspectiva, o estudo estabeleceu sete factores críticos de decisão, todos com a mesma importância relativa, e que incluem a segurança, eficiência e capacidade das operações do tráfego aéreo, o ordenamento do território, a sustentabilidade dos recursos naturais e riscos, a conservação da natureza e biodiversidade, o sistema de transportes terrestres e acessibilidades, a competitividade e desenvolvimento económico e social e a avaliação financeira. Para além destes factores críticos, o estudo incluiu ainda uma análise de custo-benefício numa lógica de obtenção de uma avaliação estratégica comparada e integrada. Trata-se, portanto, de uma abordagem integrada que incorpora uma avaliação estratégica e uma análise de custo-benefício.

Nunca tendo sido um acérrimo defensor da solução Ota, como responde aos que acusam

o Governo de ter recuado nesta matéria?

O Governo não recuou. O que fez foi decidir com elevado grau de responsabilidade face aos novos elementos que resultaram do relatório do LNEC. E isso é louvável. Recordo-me que muitos nos criticaram, meses a fio, alegando que este Governo era excessivamente arrogante, que a decisão pela Ota já estava tomada e que o estudo do LNEC não passava de uma encenação. Mais uma vez, demonstrámos que este é um Governo que toma decisões e que as toma de forma responsável.

Recordo que, após 40 anos de análise de localizações alternativas em que foram consideradas mais de uma quinzena de localizações possíveis nas duas margens do Tejo, a decisão sobre a localização na Ota do novo Aeroporto de Lisboa foi tomada em 2000, por resolução do Conselho de Ministros. Esta decisão teve como fundamentação as conclusões de um processo de avaliação de impacto ambiental sobre as localizações Ota e Rio Frio, processo esse acompanhado pela Assembleia da República, que envolveu uma muito larga discussão pública e que se baseou em estudos técnicos muito diversificados e aprofundados. Posteriormente a esta decisão, tanto os Governos de António Guterres, como de Durão Barroso e Santana Lopes sempre manifestaram publicamente a sua concordância com a localização Ota. Todos os estudos mandados executar durante estes Governos foram sobre a localização Ota e foi com esta localização que o Governo Durão Barroso candidatou o projecto do NAL aos fundos comunitários, no âmbito das redes transeuropeias de transportes. Em Novembro de 2005, o actual Governo procedeu, em sessão pública, à confirmação da localização do NAL na Ota, tendo apresentado um conjunto de novos estudos realizados nesse ano que fundamentavam exaustivamente o projecto e a localização anteriormente aprovada. Defendemos, por isso, essa solução, convictos de que a Ota era, indubitavelmente, de entre todas as soluções até então estudadas, a melhor solução existente. Facto confirmado, aliás, pelos estudos mais recentes da CIP



o sentido de responsabilidade”

e do LNEC.

Recordo também que, nessa mesma sessão de 2005, o primeiro-ministro convidou a sociedade civil a apresentar estudos sobre localizações alternativas, os quais não deixariam de ser analisados pelo Governo se se mostrassem credíveis.

E isso de facto sucedeu, o que foi positivo. No final do primeiro semestre de 2007, surgiu um estudo técnico, promovido pela CIP, sobre localizações alternativas para o NAL, que apontava para a possibilidade de construção desta infra-estrutura no Campo de Tiro de Alcochete (CTA), ou seja, num local que até então não havia sido objecto de estudos. Atendendo ao teor do estudo apresentado e à competência técnica e profissional dos responsáveis pela sua elaboração, o Governo fez o que devia: mandatámos o LNEC para elaborar um estudo que contivesse uma análise técnica comparada das alternativas de localização do NAL nas zonas da Ota e do CTA. E o estudo do LNEC que entretanto nos foi entregue foi muito claro nas respectivas conclusões: em primeiro lugar, concluiu que seria técnica e economicamente viável, em ambas as localizações (Ota e CTA), proceder-se à construção do NAL; em segundo lugar, concluiu também que, face aos resultados da análise comparada, a localização do NAL na zona do CTA é a que, do ponto de vista técnico e financeiro, se verifica ser globalmente a mais favorável.

À luz destas conclusões, fizemos o que nos competia: decidimos com elevado sentido de responsabilidade e acolhemos as conclusões do LNEC, optando pela localização do CTA e determinando a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica destinada a ponderar o acolhimento desta solução.

Não considera estranho que o campo de tiro de Alcochete nunca tenha sido estudado, quando muitas alternativas o foram, de-

“O que nos levou a optar pela solução do campo de tiro de Alcochete não foi a diferença ao nível do custo de investimento, mas sim o facto de esta localização ser claramente mais adequada para uma infra-estrutura aeroportuária”

signadamente na margem sul?

Admito que isso possa causar alguma estranheza, mas a verdade é que, objectivamente, o CTA nunca havia sido estudado. A partir do momento em que essa solução se colocou, o Governo fez o que lhe competia: mandou estudar essa possibilidade.

Foi determinante, para a decisão política, o estudo técnico elaborado pelo LNEC?

Obviamente que sim. A decisão política, não deixando de ser política, teve por base aquele estudo técnico, levado a efeito por uma entidade que goza, merecidamente, de grande credibilidade a nível nacional e internacional.

E em termos de custos, é muito mais barata, como dizem alguns sectores, a localização do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete?

Em termos do investimento a realizar, a preços de 2007, para colocar o NAL em funcionamento na Ota, da ordem dos 3,3 mil milhões de euros, e a diferença é da ordem dos 350 milhões de euros, ou seja, cerca de 10 por cento. Desta forma, a solução CTA é mais barata do que a solução Ota, mas não muito mais. Acima de tudo, o que nos levou a optar pela solução CTA não foi a diferença ao nível do custo de investimento, mas sim o facto de esta localização ser claramente mais adequada para uma infra-estrutura aeroportuária, quer ao nível da segurança, quer ao nível da eficiência e capacidade das operações do tráfego aéreo, quer quanto à capacidade de expansão da mesma.

No que toca aos estudos de impacto ambiental, qual o ponto da situação?

O Estudo do LNEC foi desenvolvido com um nível de abordagem ambiental agregado, numa perspectiva de sustentabilidade, isto é, tendo sempre presente a dimensão ambiental. A metodologia adoptada neste estudo incorpora, no essencial, os conceitos que estão na base de uma avaliação ambiental estratégica. Desta forma, e porque estamos perante um processo de decisão relativo a um grande empreendimento com forte incidência ambiental e territorial, optámos por levar a efeito uma avaliação ambiental estratégica, que já está em curso. Contamos dar início, a muito curto prazo, à consulta pública do relatório ambiental.

Relativamente às acessibilidades, também já há decisões?

Para já, o que decidimos é que vamos avançar com o processo de construção da terceira travessia do Tejo entre Chelas e o Barreiro, com valências ferroviária (Alta Velocidade e convencional) e rodoviária, na linha também das

conclusões do relatório do LNEC. Mas estamos, obviamente, a estudar outras alternativas em termos de acessibilidades.

Qual o impacto financeiro desta obra e as suas repercussões no contrato entre o Estado e a Lusoponte?

Admitimos que a construção do NAL tenha repercussões ao nível da concessão actualmente existente com a Lusoponte, na medida em que o NAL irá necessariamente induzir um acréscimo de tráfego. Vamos analisar a situação com rigor e sentido de responsabilidade, envolvendo também a Lusoponte, tendo como objectivo a salvaguarda do interesse público. Não vale a pena, agora, tecer mais considerações sobre o assunto.

Quais as implicações da nova localização no respeitante ao traçado da linha da alta velocidade?

É importante assegurar a articulação entre a rede ferroviária – seja de alta velocidade seja convencional – e o novo aeroporto de Lisboa. Nessa articulação, deve ser dada especial atenção ao acesso do NAL a toda a região de Lisboa, onde se localiza a esmagadora maioria da procura, e à segmentação da procura – passageiros, funcionários, etc. Mas essa articulação não pode reduzir a rede ferroviária de alta velocidade a uma mera acessibilidade ao NAL, sob pena de comprometer os seus objectivos fundamentais. Neste contexto, foram já estudadas pela RAVE soluções que asseguram uma boa articulação entre o NAL, na localização do Campo de Tiro de Alcochete, e o sistema ferroviário (alta velocidade e convencional), estando devidamente viabilizadas e orçamentadas. As soluções estudadas não implicam alterações significativas dos traçados dos eixos Lisboa-Porto e Lisboa-Madrid e não afectam a calendarização de nenhum dos eixos, aspecto essencial para assegurar o aproveitamento integral dos fundos comunitários já atribuídos ao projecto, que totalizam 1.487,28 milhões de euros.

Confirma o ano de 2013 como data definitiva para a ligação Lisboa/Madrid por TGV?

Confirmando. O ano de 2013 foi a data acordada com Espanha, em Novembro de 2005, no âmbito da XXI Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Évora, para a abertura do troço Lisboa-Caia, sendo que em 2010 deverá entrar em funcionamento o troço Madrid-Badajoz. Devo dizer que estamos fortemente empenhados na concretização desta meta. Ainda este ano, esperamos lançar os concursos para os troços Poceirão-Caia e Lisboa-Poceirão (incluindo a Terceira Travessia do Tejo). Trata-se de um

projecto que a Comissão Europeia, no âmbito da Rede Transeuropeia de Transportes, considerou dos cinco mais prioritários.

E a ligação a Vigo?

A ligação de alta velocidade Porto-Vigo, destinada a mercadorias e passageiros, constitui uma opção fundamental para potenciar o desenvolvimento de toda a região Norte Peninsular, ligando Porto e Vigo em 60 minutos, quando hoje a ligação ferroviária se faz em cerca de 3h30m.

Trata-se de um investimento estratégico que potencia a Área Metropolitana do Porto, bem como a utilização de outras infra-estruturas de transportes da região, como sejam o Porto de Leixões, o aeroporto Francisco Sá Carneiro e as plataformas logísticas, criando uma dinâmica de desenvolvimento de toda a região Norte.

O eixo Porto-Vigo será concretizado de forma faseada, em que, numa primeira fase, e de forma a garantir a entrada em serviço desta ligação em 2013, haverá um aproveitamento da actual infra-estrutura Porto-Braga (cuja modernização prossegue de forma a garantir uma ligação Porto-Braga em 30 minutos), a qual será completada por um novo troço a construir entre Braga e Valença.

Para este eixo está decidida a ligação ao aeroporto Sá Carneiro, estando a RAVE a estudar a melhor solução técnica para garantir a sua concretização.

Em matéria de SCUT, haverá ou não introdução de novas portagens e onde?

Sim. Trata-se de uma matéria que já foi anunciada. Iremos alterar o regime de três das sete SCUT actualmente em exploração, designadamente das SCUT da Costa de Prata, do Grande Porto e do Norte Litoral, atendendo a que os motivos que estiveram na origem das mesmas deixaram de se verificar. Mas há um ponto que importa salientar: para este Governo, isso deve ficar claro, o modelo SCUT criado pelo Governo de António Guterres - e que continuou em vigor durante os governos de Durão Barroso e Santana Lopes - é um modelo que, nos seus objectivos centrais, se deve manter, como expressão de uma política estruturante de desenvolvimento regional das zonas mais deprimidas do País, no quadro da solidariedade nacional e territorial. Recordo, por exemplo que, dentro desta linha, já anunciamos o lançamento de uma nova auto-estrada sem portagens que ligará Vila Real a Bragança, assim como já anunciamos novas auto-estradas que comportam a introdução de portagens. É esta a orientação política que continuaremos a prosseguir, analisando, caso a caso, a situação.

OPINIÃO



JOSÉ REIS SANTOS
Coordenador nacional
do PES Activists Portugal

Definitivamente, nós, socialistas europeus, temos as ideias e ideais; projecto e a experiência; as pessoas e as equipas, para ambicionarmos construir uma nova Europa.

SOFIA, MADRID LISBOA

APÓS o Congresso do PES organizado no Porto, em Dezembro de 2006, a expectativa em torno do Conselho de Sofia era elevada. E estas não foram defraudadas, pois o seu contributo político foi muito intenso. Confirmou-se o papel central que o Manifesto 2009 assumirá na vida próxima do PES e, inevitavelmente, dos diversos partidos socialistas nacionais; bem como o papel que o movimento dos Activistas pode, e deve, desempenhar na boa condução desta original iniciativa.

A maioria das intervenções no Plenário e nas sessões paralelas, de delegados, convidados e activistas, foram assim de acordo com os quatro assuntos-base do Manifesto: Save our planet, New Social Europe, European democracy and diversity and EU in the world.

Definitivamente, nós, socialistas europeus, temos as ideias e ideais; projecto e a experiência; as pessoas e as equipas, para ambicionarmos construir uma nova Europa.

Uma Europa com um papel estratégico na esfera internacional; com um forte discurso ambientalista e com uma Agenda Verde renovada. Uma Europa que assume a responsabilidade de alcançar as metas da nova Europa Social. Uma Europa com uma forte e activa ligação com os seus cidadãos, que assume a diferença e a diversidade como uma marca genética, definidora da sua percepção do mundo e das sociedades contemporâneas.

Só uma Europa socialista poderá fornecer as respostas políticas aos problemas sociais que modelam o nosso quotidiano com as cores negras da injustiça social e da discriminação aleatória. Só uma Europa dominada pelo socialismo democrático pode reparar o modelo social e construir um projecto político de desenvolvimento humano eficaz e duradouro. Com uma forte maioria socialista não tenho dúvida de que uma nova Europa Social pode ser uma realidade.

Mas para que tal possa ser efectivado é necessário que a Europa vire à esquerda nas eleições de 2009; e é aqui que a construção do Manifesto assume importância estratégica. Não só porque assegura que a relação entre o PES e as suas bases seja dinâmica, válida e validada, com uma afinidade estratégica assumida com os PES Activists; não só pela qualidade da proposta política daí proveniente; mas também porque colocará o PES como primeira estrutura europeia a ter a veleidade de pensar como um organismo coeso, multipartidário e multinacional, com uma agenda europeia própria e com um projecto integrado e articulado com os partidos nacionais, as suas estruturas de base, activistas, organizações não governamentais e sociedade civil.

No Congresso do Porto, no ano passado, este tema já tinha sido abordado. Em Sofia o caminho ganhou mais pavimento, num trilho que ainda verá apeadeiros em Viena (entrega final das propostas para o Manifesto 2009, em Junho 2008) e Madrid (apresentação do Manifesto, Dezembro 2008), antes da exposição final nas eleições europeias de 2009.

O Partido Socialista português, que tão bem representando tem estado nestes certames, tem a responsabilidade de sustentar uma fasquia elevada: o nome Lisboa. Lisboa tem, na cena europeia, um élan muito especial, e são recordados sempre com muito carinho os acontecimentos na capital portuguesa. Primeiro a muito citada Agenda de Lisboa, herança de António Guterres; agora, se tudo correr como planeado, o Tratado de Lisboa, herança de José Sócrates.

A marca Lisboa existe, hoje, nos corredores da Europa. É associada a preocupação social, a desenvolvimento, a progresso e a futuro. No Governo soubemos construir essa marca. Que no partido saibamos continuar este trabalho.

Rejeitada moção de censura

Mais do que uma censura ao Governo, “esta é, verdadeiramente, uma censura contra o Tratado de Lisboa”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no Parlamento, onde acusou o Bloco de Esquerda de convergir “tacitamente” com a extrema-direita europeia na oposição ao novo Tratado da União Europeia e na exigência de referendo.

J. C. CASTELO BRANCO

AO INTERVIR no debate da moção de censura do Bloco de Esquerda ao Governo, que foi rejeitada pelo Parlamento com os votos contra do PS, a abstenção do PSD e do CDS/PP e os votos favoráveis do partido proponente e do PCP, José Sócrates lembrou aos mais distraídos que a promessa de referendo foi feita quando estava em causa o Tratado Constitucional e não o Tratado de Lisboa.

O primeiro-ministro sublinhou que o que estava em jogo no debate eram “quatro questões fundamentais” que separam as posições do Executivo do PS e as do partido censurante: “A construção europeia, sentido dos compromissos assumidos, sentido de responsabilidade e, sobretudo, entendimento do que é a democracia política”.

E reafirmou que “tudo separa a posição da esquerda democrática da posição da esquerda conservadora quanto ao projecto europeu”, lembrando que a posição do PS e dos seus diferentes governos sempre foi muito clara quanto a esta matéria. “Sempre fomos pela Europa, pela Europa democrática, pela Europa social, pela Europa da paz, do desenvolvimento e da coesão”.

Para nós, socialistas, frisou, “a Europa não é uma arca a que se vá sacar fundos comunitários”, mas “um projecto político de solidariedade e coesão”, e no Parlamento Europeu, “estamos com as grandes famílias democráticas e europeístas e recusamos firmemente convergir, nem que seja tacitamente, com a extrema-direita”.



José Sócrates disse ainda que o debate desta moção de censura acaba por “traçar uma fronteira”, ou seja, explicou, “a fronteira entre, de um lado, aqueles que, como o Governo e a maioria, assumem a democracia por inteiro e respeitam e valorizam a representação parlamentar; e, do outro lado, aqueles para os quais a democracia é um instrumento, que ora se usa ora se descarta, ao sabor das conveniências do momento”.

Moção foi acto falhado

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS acusou o Bloco de Esquerda de ter “perdido a cabeça” com a moção de censura, que considerou “um gesto inútil” e um “acto falhado”.

“O alvo do Bloco de Esquerda não era o referendo, mas o Tratado de Lisboa. Os senhores são contra o Tratado e contra o aprofundamento da construção europeia”, disse Alberto Martins.

E, dirigindo-se também à bancada do PCP, atacou o discurso de uma “pretensão superioridade moral” e o discurso “arcaico do homem novo”, lembrando, mais uma vez, que a Europa que os socialistas defendem “não é a Europa do Muro de Berlim”, mas sim a do “Estado Social, do desenvolvimento e da paz”.

E lembrou ainda, pedagogicamente, aos dois partidos à esquerda do PS que “a expressão máxima da democracia é a Assembleia da República” e que “nenhum democrata aceita lições de democracia seja de quem for”.

O “nim” do PSD

Falando pelo Governo no encerramento do debate, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, afirmou que a abstenção do PSD se deveu a “tacticismo”, ou seja, explicou, o “nim” do maior partido da oposição foi baseado na explicação do seu líder, Luís Filipe Menezes, de evitar o voto contra “apenas para não dar razão ao Governo”.

Augusto Santos Silva considerou que a abstenção do PSD “poderá dever-se ao modelo social europeu, já que o seu líder pretende privatizar tudo e desmantelar o Estado”.

Por outro lado, o ministro dos Assuntos Parlamentares acusou o Bloco de Esquerda e o PCP de “reduzirem a União Europeia a uma caixa de Multibanco, sem qualquer compromisso em termos de um destino comum”, sublinhando que neste debate “quem a Assembleia da República acabou por censurar foi o Bloco de Esquerda e o PCP por serem hostis à União Europeia”.

Sócrates reafirma que contas públicas estão em ordem

CONFERÊNCIA DO JORNAL “ECONOMIST”

EM 2007, Portugal conseguiu uma redução da despesa do Estado face ao produto interno bruto de cerca de um ponto percentual, afirmou José Sócrates, na conferência promovida pelo semanário “Economist”, sublinhando que “as contas públicas entraram finalmente em ordem”.

O primeiro-ministro destacou os bons resultados alcançados em 2007, nomeadamente a descida do défice público para menos de 3 por cento do PIB e o crescimento económico estimado de 1,9 ou 2 por

cento, acima das expectativas do Governo o maior dos últimos seis anos.

Reafirmando que as traves-mestras da acção do Governo se centram no rigor financeiro, no crescimento económico e na qualificação dos portugueses, José Sócrates salientou que a economia está agora muito mais forte do que há dois anos e meio e manifestou confiança de que, mesmo num clima de incerteza como o que actualmente se vive a nível mundial, Portugal será capaz, pelo terceiro ano consecutivo, de “ultrapassar novamente as previsões avançadas pela revista ‘Economist’”.

Sócrates critica ataques inqualificáveis à ASAE

FEDERAÇÃO DE SETÚBAL

O primeiro-ministro e líder do PS, José Sócrates, considerou no domingo “absolutamente lamentável” e “inqualificável” a forma como a oposição está a atacar politicamente a ASAE, sublinhando que estes ataques “destemperados” são próprios de partidos que “não tem uma agenda focada e construtiva”.



“É ABSOLUTAMENTE lamentável os outros partidos enganarem-se no alvo e desatarem a atacar tudo o que mexe, ataquem de forma radical uma instituição do Estado como a ASAE, que está a ser atacada como um partido político”, afirmou.

Falando no encerramento do encontro em Alcochete subordinado ao tema “Pensar o Distrito de Setúbal” promovido pela Federação do PS de Setúbal juntamente com o Departamento das Mulheres Socialistas e a JS, José Sócrates referiu que os “ataques políticos” que os outros partidos têm feito à ASAE são “inqualificáveis”, nomeadamente a comparação daquele organismo à PIDE feito por um dirigente do PSD, salientando que a missão daquele organismo do Estado é “fazer cumprir a lei”.

Com a ASAE, frisou, “o país e os

consumidores estão mais defendidos”, afirmando que este “é o momento para defender a ASAE”.

Porque, referiu, não obstante “qualquer exagero que se tenha cometido”, a “ASAE veio para ficar”.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS rejeitou ainda as “lições de esquerda” que alguns tentam dar ao Governo, sustentando que nunca um Executivo deixou tantas marcas nas políticas sociais.

A criação do complemento solidário para idosos, o subsídio pré-natal e o diploma da paridade foram alguns exemplos dados por José Sócrates.

Vitor Ramalho: “Região motor do desenvolvimento”

Por sua vez, o presidente da Federa-

ção de Setúbal do PS, Vitor Ramalho, sustentou que o distrito que era há anos atrás uma região problema pode vir a ser uma região motor do desenvolvimento do país.

E explicou que Setúbal é uma região central que faz a ligação entre o Norte e o Sul do país, é uma porta de entrada do Atlântico para a Europa por via marítima, através dos portos de Sines e de Setúbal, e tem uma relação estreita com a região da Extremadura, em Espanha.

Por outro lado, acrescentou Vitor Ramalho, o novo aeroporto de Alcochete fará com que “o distrito levante voo” do próprio desenvolvimento interno e internacional, uma vez que articulará as vias marítima, ferroviária e rodoviária para a Espanha, com a via aérea.

O presidente da Federação disse ainda que os investimentos turísticos, nomeadamente em Tróia, a plataforma logística do Poceirão e a plataforma industrial de Sines e o forte investimento na fábrica da Portucel, em Setúbal, “dão ao distrito condições únicas e invulgares”.

Pensar Setúbal

Esta iniciativa das estruturas do PS em Setúbal que decorreu de 25 a 27 de Janeiro, foi aberta por Jaime Gama, presidente da Assembleia da República.

O dia de sábado, 26 de Janeiro, teve quatro painéis. No primeiro sobre “Desenvolvimento económico”, intervieram os economistas Teodora Cardoso, João Ferreira do Amaral e Augusto Mateus. “Coesão social – dinâmicas sociais e multiculturalidade” foi o tema do segundo painel em que intervieram João Proença, secretário-geral da UGT, Pedro Marques, secretário de Estado da Segurança Social, e a professora da Faculdade de Letras de Lisboa Inocência Mata.

No terceiro painel as intervenções estiveram a cargo dos secretários de Estado João Ferrão, Ana Paula Vitorino, Humberto Rosa e Eduardo Cabrita que se debruçaram sobre as temáticas do ordenamento do território, das acessibilidades, do ambiente e das autarquias.

No quarto painel, subordinado ao

tema “empresas e parcerias”, foram oradores o presidente da AECOPS e também do Vitória de Setúbal, Carlos Costa, o ex-ministro da Saúde do Governo espanhol liderado por Felipe González e ex-presidente da companhia pública de transportes ferroviários espanhola, Julian Valverde, e ainda um alto dirigente do PSOE da Extremadura, Castellano Muñoz. Para este painel o porta-voz do PSOE da Extremadura, Ignacio Amore, dirigiu ao presidente da Federação de Setúbal do PS, Vitor Ramalho, o seu regozijo pela decisão sobre a escolha de margem sul para a localização do novo aeroporto de Lisboa.

“O desafio autárquico” foi o tema escolhido para o domingo, em que intervieram todos os presidentes de Câmara do PS do distrito, respectivamente, Amélia Antunes, Carlos Beato, Pedro Paredes, e em representação das freguesias do distrito falou a presidente da Junta de Freguesia da Trafaria Francisca Parreira. Seguiu-se uma intervenção do eurodeputado Joel Hasse Ferreira sobre a União Europeia e as Regiões.

Vitor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal, adiantou ao “Acção Socialista” que no próximo dia 9 de Maio vai ter lugar em Setúbal, em colaboração com a Fundação Frederich Hebert, um importante debate sobre a região de Setúbal com a presença de um ministro alemão do SPD que tutela das regiões na Alemanha.

PS/Algarve avalia impacto das políticas de apoio às famílias

ESTADO DA REGIÃO

O ALGARVE apresenta a maior taxa de natalidade do país, com uma média de 1,7 bebés por cada mil mulheres, revelou em Faro o presidente da Federação do PS/Algarve, durante a primeira acção da iniciativa “Estado da Região” dedicada à maternidade e à infância, que teve como objectivo identificar problemas e encontrar soluções nesta área.

Miguel Freitas, que visitou os Serviços de Neonatologia e Obstetrícia do Hospital Central de Faro (HCF), adiantou que o número de partos naquela unidade de saúde continua a subir, tendo passado dos 3690, em 1995, para cerca de 5000, em 2006. “É a região que mais partos regista em termos relativos no País e para isso muito contribui a qualidade de um serviço que se modernizou e tem todas as condições necessárias para que nasçam bebés”, referiu o líder socialista, salientando que cerca de 20 por cento das crianças nascidas em 2006 no HCF são filhos de mães estrangeiras, a maioria brasileiras, romenas e ucranianas.

Durante o balanço desta primeira jornada que visou apurar os problemas concretos das populações e avaliar o impacto das políticas de apoio às famílias, Miguel Freitas destacou ainda o facto de a região algarvia ser a que menor taxa de mortalidade infantil apresenta (4,3 bebés por cada mil mulheres) e que o projecto “Nascer Cidadão”, implementado em 2007 no HCF, regista a segunda maior taxa de sucesso do país, com 89 por cento das crianças nascidas naquela unidade a serem registadas imediatamente.

O presidente da Federação do PS/Algarve

visitou ainda o serviço de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), unidade que nos últimos nove meses foi procurada por 165 mulheres, 18 das quais desistiram da interrupção após o contacto com a equipa médica: “É um indicador de que as actuais condições permitem outra opção e esse é um dos aspectos mais positivos”, realçou Miguel Freitas.

Investir nas escolas completas

Preocupante é, no entanto, a rede de creches, infantários e jardins-de-infância que serve a região. A capacidade de acolhimento das 86 creches existentes é de apenas 21,6 por cento, num total de 3275 crianças e há três concelhos Monchique, Aljezur e Vila do Bispo que não possuem qualquer equipamento do género. Para Miguel Freitas, esta é uma área prioritária “Houve um período de cerca de quatro anos sem praticamente nenhum

A iniciativa “Estado da Região” prosseguirá até Maio deste ano com a realização de mais sete acções. A próxima, também na área social, será dedicada aos “Idosos”, seguindo-se “Cidades e Orla Costeira” e “Mobilidade, Transportes de Energia”, dedicadas ao ambiente; “Rota da Inovação” e “Rota da Tradição”, na área empresarial; e “Criação e Actividades Artísticas” e “Multiculturalidade e Integração”, relativas à cultura.

investimento na região”, referiu o presidente da Federação, que pretende alcançar uma taxa de cobertura próxima dos 50 por cento, até 2009. Um investimento estimado em cerca de 13,6 milhões de euros inscritos no programa PARES, que permitirá a criação de 17 novos equipamentos, num total de 2249 lugares.

Na área do pré-escolar, o cenário é menos preocupante mas há a necessidade de uma maior cobertura de infantários integrados na rede pública para acolher crianças com menos de cinco anos.

Um maior investimento é o que Miguel Freitas preconiza também para as escolas completas do 1º ciclo, cumprindo assim um dos compromissos eleitorais do PS/Algarve. Actualmente, apenas 51 dos 170 destes estabelecimentos de ensino na região são abrangidos por este conceito mas o líder da Federação socialista quer aumentar a fasquia para um total de 60, até 2011. Um esforço que exige um investimento de 46 milhões de euros, a ser repartido entre os apoios comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). Segundo Miguel Freitas, a comparticipação da União Europeia poderá ascender aos 30 milhões de euros, sendo o restante assegurado pelo Orçamento de Estado e pela intervenção autárquica.

Programas de apoio mais ajustados

Miguel Freitas constatou ainda o nú-

mero elevado de pessoas que na região recorrem ao Rendimento Social de Inserção e à acção social, tendo considerado que é necessário ajustar os programas de apoio, aproveitando instrumentos como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), de forma a encontrar respostas integradas e adequadas aos problemas das populações.

No âmbito da jornada, o líder da Federação, para quem as “políticas são importantes quando se concretizam”, reuniu ainda com o presidente da Câmara Municipal de Portimão, Manuel da Luz, que decidiu mobilizar um conjunto de parceiros para candidatar um projecto em rede ao programa CLDS, para o Bairro Cruz da Parteira, naquela cidade.

Durante o encontro com o autarca, Comissão de Moradores do bairro, Segurança Social e Polícia de Segurança Pública, os parceiros envolvidos comprometeram-se a avaliar a situação no sentido de concretizar este projecto, que poderá ser alargado a outros concelhos da região. Para o efeito, a Segurança Social irá fazer um levantamento para identificar todos os territórios problemáticos no âmbito social no distrito que possam candidatar-se ao novo instrumento de apoio, lançado em Abril de 2007 pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Um programa a ser discutido na próxima reunião da plataforma supraconcelhia, órgão de decisão regional na área da política social, dinamizado pela Segurança Social, no qual participam todas as autarquias e direcções regionais.

OPINIÃO

BRAVO NICO
Deputado do PS

Nunca, na História de Portugal, se verificou um movimento tão expressivo dos adultos em direcção à Escola (entenda-se sistema público de Educação e Formação) e, eventualmente mais importante, da Escola em direcção aos adultos

DOIS AEROPORTOS E MEIO...

DOIS AEROPORTOS e meio é a exacta medida da decisiva aposta que o Partido Socialista assumiu para com a qualificação das(os) portuguesas(es).

Na realidade, se utilizarmos, como referência, o valor estimado do custo de construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa (cerca de 3200 milhões de euros) e o orçamento inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o Programa Operacional Temático Potencial Humano (cerca de 8890 milhões de euros), facilmente verificaremos a magnitude da prioridade que o Governo do Partido Socialista deu à qualificação das(os) portuguesas(es).

E qual é a reacção das(os) portuguesas(es), perante este desafio e esta possibilidade? Uma adesão esmagadora às novas oportunidades disponibilizadas para a sua qualificação pelas escolas, centros de formação, associações de desenvolvimento, instituições da rede social, sindicatos e empresas.

No dia em que escrevo estas linhas, retornaram aos ambientes formais de qualificação mais de 400 mil portuguesas(es), de todas as idades. Para que se possa ter uma ideia do número, permito-me utilizar outra comparação: a Região Autónoma da Madeira tinha, em 2004 (dados do próprio Governo Regional), cerca de 245 mil portuguesas(es). Impressionante!

Mas, mais importante que a dimensão dos números, sempre foi a atitude e a acção das pessoas. Nesta dimensão, está a ocorrer um fenómeno de magnitude inédita e de alteração atitudinal e volitiva sem precedentes. As portuguesas e os portugueses querem aprender, anseiam qualificar-se e estão disponíveis para a mudança, através da mais edificante e estruturante das alavancas do desenvolvimento: a Educação.

De facto, nunca, na História de Portugal, se verificou um movimento tão expressivo dos adultos em direcção à Escola (entenda-se sistema público de Educação e Formação) e, eventualmente mais importante, da Escola em direcção aos adultos.

Por outro lado, a Escola é hoje, de forma cada vez mais evidente, uma instituição para todos, de todas as idades, de todas as circunstâncias sociais e económicas, de todo o território: uma verdadeira Escola Pública, tal como a matriz axiológica do Partido Socialista a enuncia e a acção política do actual governo a concretiza.

O desafio da Qualificação está no terreno; a semente do desenvolvimento pessoal, através da Educação e da Formação, está lançada e a germinar; fertiliza-se, como nunca, o conhecimento, a tecnologia e a inovação, nas fileiras do trabalho, da actividade cívica e social e da participação política dos cidadãos; revigoram-se a Igualdade de Oportunidades e a Justiça Social; cresce, assim, uma sociedade mais esclarecida, crítica e interventiva.

Nesta Cultura de Cidadania, que hoje acontece no sistema público de Educação e Formação, fortalece-se a Liberdade e edifica-se a Democracia.



Reforma das estruturas do PS no estrangeiro



UMA PROPOSTA de regulamento para debate interno foi enviada na semana passada para os responsáveis pelas federações do PS no estrangeiro, com o objectivo de aprovar definitivamente a reforma destas estruturas do partido a partir de Março, período em que termina o prazo para a apresentação de propostas de alteração.

A proposta de regulamento, designada "Regulamento Para a Organização e Eleição das Secções do PS no Estrangeiro", foi aprovada na última reunião do Secretariado do PS por unanimidade e enviada a semana passada para as estruturas do PS

nas Comunidades, acompanhada de uma carta do secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello.

Na missiva, José Lello afirma que se pretende com o novo regulamento "ultrapassar as dificuldades de funcionamento que as federações do PS no estrangeiro têm evidenciado, existindo actualmente apenas um presidente de federação formalmente eleito".

O objectivo desta reforma, sublinha o camarada José Lello, "é valorizar a estrutura com base na secção, conferindo-lhe maior flexibilidade no funcionamento e maior autonomia para as suas ini-

ciativas e tomadas de posição".

E adianta que se pretende também "fortalecer a ligação das secções no estrangeiro à sede nacional do PS, para permitir ao partido dar um apoio melhor e mais pronto às iniciativas das secções e dos seus militantes".

Com este regulamento, também o problema das quotas fica mais facilitado, uma vez que gera sempre dificuldades de pagamento a quem se encontra a viver no estrangeiro.

As novas estruturas do PS procuram também dar resposta às necessidades de colaboração de forma mais fácil com os partidos irmãos no estrangeiro.

OPINIÃO

CELSO GUEDES
DE CARVALHO

Cada indivíduo que faz parte da equipe dirigente precisa de ser responsável pela transformação como um todo em vez de se concentrar apenas nos assuntos da sua responsabilidade. Todos devem ser afectados pelo problema, mesmo que não gostem

LIDERAR A MUDANÇA

MUITO se tem falado na necessidade de mudança nos partidos políticos. Acontece que para que essa mudança se verifique é fundamental que os dirigentes a defendam pessoalmente. E o que temos assistido é que estes têm tido bastante relutância em defender a mudança. Ou porque não possuem a capacidade para compreender as alterações que se têm vindo a verificar ou porque preferem avaliar todas as consequências até o ínfimo detalhe.

Mas será que faz sentido concentrar-nos em definir um "mapa pormenorizado"? Não creio. Pode, aliás, ser contraproducente.

A apresentação de muitos detalhes faz com que as pessoas se concentrem nos mesmos, em vez de se concentrarem no objectivo geral, que não é mais do que uma nova forma de actuação. Além disso, mesmo que fosse possível definir um projecto pormenorizado, ao fazê-lo não deixaria espaço para as pessoas participarem no seu desenvolvimento, o que é vital tanto para a obtenção de ideias novas como para assegurar que as pessoas participam no seu desenvolvimento.

Cada indivíduo que faz parte da equipa

dirigente precisa de ser responsável pela transformação como um todo em vez de se concentrar apenas nos assuntos da sua responsabilidade. Todos devem ser afectados pelo problema, mesmo que não gostem.

Por outro lado, convém lembrar que os cépticos e os que reclamam são muitas vezes pessoas que se importam com o "rumo das coisas". Assegurar o seu apoio para a viagem colectiva que se avizinha vale o esforço, porque estes, quando vêem a luz, muitas vezes passam a ser os seus apoiantes mais eficazes.

Mas os dirigentes que têm responsabilidades de liderança e que delegam a mudança sem fazer parte dessa equipa, demonstram que não estão a esforçar-se o suficiente pela mesma. E isso pode anular todos os esforços até então desenvolvidos.

O afastamento dos cidadãos da política é um problema tanto nosso como dos outros partidos, mas nós podemos tirar a vantagem de acordar primeiro para o problema e começar a criar hoje as soluções de amanhã. É uma questão de transformar um ciclo vicioso num círculo virtuoso.

Cimeira de Braga aproxima países ibéricos

A apresentação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia e a realização do primeiro Conselho de Segurança e Defesa foram o traço mais distintivo da XXIII Cimeira Luso-Espanhola.

Para o primeiro-ministro português, José Sócrates, este encontro ao mais alto nível marcou definitivamente uma viragem histórica nas relações bilaterais pela ambição e diversidade dos temas abordados e pelo conjunto de projectos aprovados.



“partilham hoje a mesma visão do mundo”, razão pela qual ambos os países “tudo têm feito para criarem uma agenda comum ao nível da sua participação no esforço pela paz e cooperação mundial”.

Pontos de vista comuns

Uma das ideias base saídas desta XXIII Cimeira Luso-Espanhola evidenciou a identidade de pontos de vista e de perspectiva dos dois governos num conjunto alargado de matérias e domínios bilaterais, europeus e internacionais, e o conseqüente empenho em aprofundarem constantemente estas relações, projectando-as, como referiu José Sócrates, “como elemento positivo que são, no quadro europeu e na cena internacional”.

Ambos os chefes de Estado sublinharam o seu empenhamento no aprofundamento do projecto europeu, lembrando o papel que os dois países têm tido na construção europeia relativamente à qual partilham idênticas perspectivas, nomeadamente, “à luz das disposições do Tratado de Lisboa” recentemente aprovado.

Um outro assunto abordado neste encontro, teve a ver com a importância da cooperação transfronteiriça enquanto elemento significativo do dinamismo do relacionamento bilateral e de oportunidade de desenvolvimento económico e social acrescido das regiões situadas ao longo da extensa fronteira comum, tendo sido a este propósito reconhecido o papel determinante e a relevância do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça, a desenvolver no período de 2007/2013, e que prevê o aprofundamento e a concretização futura de iniciativas conjuntas nos sectores do desenvolvimento regional, em áreas como a saúde, administração interna, ambiente e comunicações.

Nesta cimeira ficou patente o empenho conjunto na busca de novas vias de interesse comum, estendendo a cooperação bilateral a novos domínios

e dando resposta aos desafios que se colocam às sociedades dos dois países.

Tal ficou claro nas diversas reuniões sectoriais, nomeadamente ao nível dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros tendo Portugal e Espanha manifestado satisfação pela excelente cooperação existente entre os dois países.

Houve ainda oportunidade para passar em revista os principais resultados da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, saudando a assinatura do Tratado de Lisboa, que “proporcionará à União Europeia um quadro institucional estável e duradouro”, como afirmou o primeiro-ministro espanhol, José Luis Zapatero.

Também as relações bilaterais no âmbito da Defesa mereceram de ambos os países um especial aplauso pelo momento que atravessam, traduzido, como sublinhou o primeiro-ministro espanhol, “quer em valores e interesses comuns, quer nas posições concertadas assumidas no âmbito das diversas organizações internacionais” a que ambos os países ibéricos pertencem.

Outras áreas foram igualmente objecto de conversações, como as relacionadas com o ambiente, com destaque para os recursos hídricos, política comum da água, alterações climáticas, conservação da natureza, fogos florestais e energia, mas também os respeitantes ao turismo, cultura, pescas, transportes e comunicações, Segurança Social, Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, estando neste particular em evidência o futuro Laboratório Internacional de Nanotecnologia a criar em Braga.

A cimeira terminou com a assinatura de um conjunto de protocolos em áreas tão diversas como a pesca, o mercado ibérico de electricidade, a cooperação em matéria da sociedade de informação, no ensino superior, nas nanociências e nanotecnologias, assuntos laborais e sociais. **R.S.A.**

OPINIÃO



FERNANDA ASSEIS
Deputada do PS

Este novo sistema de empréstimos acresce aos mecanismos de acção social escolar e é fortemente marcado pelo princípio da universalidade

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR REFORÇADA

O PARTIDO Socialista tem uma ambição para o Ensino Superior:

«Fazer do Ensino Superior um factor de excelência para a economia, para a sociedade, para a cidadania».

Cito o primeiro-ministro, José Sócrates, na sua intervenção no debate mensal sobre o Ensino Superior, realizado em 21 Dezembro de 2006.

A aprovação da Lei 49/2005 definiu o enquadramento legal necessário à concretização dos objectivos do Processo de Bolonha, recuperando o atraso existente em Portugal na sua implementação.

Importa recordar os três pilares em que assentam toda a mudança preconizada:

- Promover a mobilidade de estudantes e profissionais dentro do espaço europeu;
- Incrementar a capacidade de concorrência entre os sistemas de ensino europeus;
- Desenvolver a capacidade de empregabilidade de novos diplomados.

Para a sua concretização é determinante a organização dos planos de estudo em geral, nos diversos cursos e ciclos de estudo e a realização dos estágios em particular, quer dos estágios curriculares como dos estágios profissionais.

A aprovação recente da Lei nº 62/2007, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, refere no ponto 1 do artigo 11º que:

“As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza.”

Sem prejuízo da autonomia das instituições de ensino superior, é importante reforçar a responsabilidade das instituições em matéria de organização dos estágios curriculares, em articulação com as entidades de acolhimento.

Ao Estado, cabe assegurar a existência de um sistema de acção social escolar, que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, sendo reforçado que a acção social escolar, deve garantir que nenhum estudante é excluído do sistema de ensino superior por incapacidade financeira, estando bem definidas as várias modalidades de apoio social, bem como as respectivas condições de acesso.

Tendo ainda em consideração as medidas tomadas no âmbito da implementação do Processo de Bolonha, registo a alteração do Regulamento para a atribuição de bolsas de estudo:

- Alargando-se o âmbito da atribuição de bolsas de estudo, aos estudantes inscritos em cursos de especialização tecnológica e em ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre, incluindo os ciclos de estudo integrado e;
- Revogando a disposição que previa que uma parte da bolsa fosse paga directamente ao estabelecimento de ensino superior.

Desde Janeiro de 2007 a bolsa é paga na totalidade directamente ao estudante.

A bolsa de estudo visa contribuir para custear, entre outras, as despesas com alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propina, sendo pois uma prestação pecuniária, de valor variável, para participação nos encargos com a frequência de um curso,

suportada integralmente pelo Estado a fundo perdido.

Estão previstos ainda complementos de Bolsa de estudo destinados a despesas acrescidas com transportes ou para despesas com o alojamento.

Avaliadas as situações individuais, são atribuídas ainda prestações complementares, nomeadamente por motivo de realização de estágios não remunerados, integrados no plano de estudos do curso, no caso do estudante ser sujeito a despesas de transporte adicionais ou a despesas com alojamento.

O Governo prossegue assim o reforço da acção social escolar, quer para os estudantes do ensino público, quer para os do ensino privado.

O novo sistema de empréstimos sem fiador e com juros reduzidos, concedidos ao abrigo do sistema de crédito criado pelo Governo, já abrange cerca de 1800 estudantes do ensino superior.

Este novo sistema de empréstimos acresce aos mecanismos de acção social escolar e é fortemente marcado pelo princípio da universalidade.

É mais um mecanismo que ajuda os estudantes e as suas famílias no investimento na sua formação superior.

Mesmo para aqueles que se encontrem a estudar fora do país ao abrigo do programa europeu Erasmus.

São medidas que contribuem para que o Governo concretize a prioridade de alargamento da base social, ao mesmo tempo que consegue também o objectivo de aumentar o número de estudantes que frequentam o ensino superior.

No presente ano lectivo, foram admitidos 47.353 novos estudantes no ensino superior público, mais 6820 que em 2006.

Neste crescimento do número de novos estudantes destaca-se o Ensino Politécnico onde foram admitidos mais 4174 alunos do que em 2006.

Actualmente, o número de estudantes a frequentarem cursos superiores é de cerca de 370 000.

O Governo e o Partido Socialista:

- querem mais alunos
- alargam as possibilidades de frequência mesmo para os mais carenciados.
- querem mais e melhor Ensino Superior:
 - Com mais sucesso escolar
 - Com melhores níveis de eficiência
 - Com maior e melhor ajustamento entre a oferta de cursos e as necessidades efectivas do mercado de trabalho.

Os estágios têm um papel fundamental na formação e no desenvolvimento de competências profissionais e também na articulação e proximidade das instituições com as empresas em particular e a sociedade em geral.

As condições de realização dos estágios, devem salvaguardar os interesses dos alunos, a qualidade da formação e a possibilidade de acesso à profissão.

Importa aliás salientar, que a orientação escolar e profissional e a inserção dos estudantes na vida activa, em parceria com as entidades empregadoras, constitui um importante elemento de avaliação do desempenho das instituições, que a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação terá em conta, na promoção da qualidade do sistema.

O Partido Socialista percorre assim o percurso de concretização de uma importante reforma de todo o sistema de Ensino Superior, que conta com a experiência adquirida de vários países, da Europa e de outros continentes.

OPINIÃO

LUÍS MIGUEL
FERREIRA

Segundo os últimos dados da OCDE, Portugal ocupa a oitava posição no ranking (a quinta no contexto europeu) das velocidades médias de acesso à Internet, situando-se à frente do Reino Unido, Alemanha e até dos EUA

“BANDA CADA VEZ MAIS LARGA”!

À MEDIDA que a utilização da Internet se vai vulgarizando, tornam-se mais evidentes as vantagens da utilização de uma cada vez maior largura de banda. De facto, através de Banda Larga (BL), os cidadãos acedem a serviços mais relevantes para o seu dia-a-dia, melhorando a sua qualidade de vida e reforçando a sua capacidade de intervenção e participação cívica; as empresas focam-se no essencial da sua actividade e tornam-se mais competitivas e, por seu turno, a administração pública torna-se mais eficaz, mais eficiente e prestadora de serviços com maior qualidade.

As estratégias públicas adoptadas pelos vários países no sentido da disseminação da Banda Larga, na maioria das vezes em parceria com os operadores privados, são as mais diversas e os resultados obtidos tiveram impactos diferentes. Segundo os últimos dados da OCDE, Portugal ocupa a oitava posição no ranking (a quinta no contexto europeu) das velocidades médias de acesso à Internet, situando-se à frente do Reino Unido, Alemanha e até dos EUA. Em Portugal, a velocidade média de acesso à Internet (considerando 28 ofertas diferentes disponíveis no mercado) é de 12,955Mbps, contra os ainda longínquos 93,693Mbps do Japão. A França (segunda no ranking) tem uma velocidade média de 44,157Mbps.

Segundo a ANACOM, no final do 3º trimestre de 2007, o total de clientes de BL (acesso fixo) em Portugal ultrapassava os 1,566 milhões (um crescimento de 16 por cento face ao trimestre homólogo do ano anterior), enquanto os clientes dial-up eram pouco mais de 108 mil (no espaço de 12 meses, estes acessos decresceram 41 por cento). Se considerarmos ainda os 478.017 utilizadores com acesso à Internet em banda larga móvel com o serviço activo no período de reporte (3º trimestre de 2007), chegamos a um número de clientes de BL superior aos 2 milhões e a apenas 5 por cento de utilizadores de Internet que não utilizam Banda Larga.

Ora, apesar de termos a esmagadora maioria dos portugueses a utilizar já BL, é de extrema importância e urgência o debate já iniciado em Portugal em torno das redes de nova geração, nomeadamente no que respeita à criação de uma rede em fibra óptica que permita, no nosso país, acessos muito mais rápidos, na senda do que melhor se pratica no mundo. Para que possamos continuar na fronteira tecnológica das infra-estruturas de acesso à Sociedade da Informação, este aspecto é absolutamente relevante. Este ímpeto para a disseminação de uma “Banda cada vez mais Larga” não pode, portanto, parar.

Mas uma coisa é certa: estamos já muito longe do tempo da banda estreita em que, para acedermos à Internet, éramos obrigados a ouvir aquele estranho ruído com que os modems analógicos nos brindavam enquanto se aguardava a respectiva ligação. Esperemos, portanto, não ter que voltar a ouvir qualquer tipo de ruído à volta deste tema decisivo para o desenvolvimento futuro do nosso país.



Novos hospitais em Faro e Sintra

A CONSTRUÇÃO dos novos hospitais de Faro e de Sintra foi anunciada pelo ministro da Saúde, Correia de Campos, que sublinhou que as piores situações de saúde no país estão no litoral e à volta das grandes cidades.

Correia de Campos falava durante uma visita que realizou a quatro unidades de saúde no concelho de Sintra, para conhecer “o que se passa exactamente numa grande periferia a norte de Lisboa”.

Questionado pelos jornalistas sobre a falta de espaço nas urgências do Hospital de Faro, Correia de Campos adiantou que “os problemas constroem-se olhando para futuro”, apontando como exemplo a construção do novo hospital na capital algarvia.

“Faro vai ter um hospital central e é isso que estamos a tratar. Espero estar em muito boas condições de estar daqui a alguns meses a anunciar o concurso do novo hospital central de Faro que vai ser construído em parceria”, adiantou o ministro.

Segundo explicou Correia de Campos, “Faro tem um problema que torna difícil o seu funcio-



namento perfeito, que é a sua sazonalidade”. Ou seja, adiantou, “tem uma parte do ano, dois ou três meses, em que a sua população triplica e isso torna a gestão da saúde difícil e é por isso mesmo que estamos profundamente empenhados em dar resposta através de um hospital novo”.

O concelho de Sintra também terá um novo hospital e, segundo Correia de Campos, “vai ser posto a concurso juntamente com a gestão do Hospital Fernando

da Fonseca [Amadora-Sintra]”, contrato que termina este ano, mas que o Ministério vai “provavelmente solicitar a expansão do prolongamento precário da sua vigência”.

“Está previsto no planeamento da grande Lisboa que Sintra tenha um hospital relativamente pequeno, que não terá mais que 150 camas, que servirá a parte Norte do concelho e será associado ao hospital Amadora-Sintra”, explicou o ministro.

Governo quer aumentar direitos dos consumidores

SEGUROS

UM DECRETO-lei que estabelece um novo regime de contrato de seguros, com vista a reforçar os deveres de informação a favor dos segurados e evitar práticas discriminatórias contra cidadãos em situação mais frágil, foi aprovado pelo Governo.

No final do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, afirmou que este diploma tem como principal objectivo “reforçar as garantias dos consumidores de contratos de seguro”, nomeadamente o reforço dos seus direitos de informação e a proibição de “práticas discriminatórias contra pessoas portadoras de deficiência ou com risco agravado de saúde”.



Este novo regime de contratos contempla ainda uma regra de “imperatividade mínima” com “identificação de disposições legais apenas susceptíveis de alteração por contra-

to em sentido mais favorável ao segurado”.

Este decreto-lei prevê também que sejam considerados nulos os contratos de seguros celebrados por entidades não habilitadas para o efeito, mas Pedro Silva Pereira salientou que tais entidades

permanecerão vinculadas ao cumprimento do contrato, como se este fosse válido, “para protecção das legítimas expectativas dos consumidores”.

Portugal é o 8º país da OCDE com a banda larga mais rápida

A APOSTA do Governo de José Sócrates, no quadro duma parceria alargada entre as políticas públicas e os operadores privados para situar Portugal na fronteira tecnológica no domínio da banda larga está a ter resultados, como demonstra o facto de o país ocupar a oitava posição no “ranking” da mais elevada velocidade média de acesso à Internet (download) considerando os países da OCDE.

Segundo dados divulgados por aquela organização internacional, Portugal situa-se à frente de países como o Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Espanha ou Dinamarca. Considerando apenas os países da União Europeia, Portugal ocupa a 5.ª posição.

Esta comparação (disponível em www.oecd.org/sti/ict/broadband) é liderada pelo Japão com uma velocidade média de 93,693 Mbps, seguido da França (44,157 Mbps) e da Coreia do Sul (43,301 Mbps). Portugal apresenta uma velocidade média de 12,955 Mbps, tendo sido considerada para o cálculo da média a ponderação de 28 ofertas diferentes.

A largura de banda é decisiva para que o acesso às novas tecnologias possa constituir um factor de competitividade económica e empresarial. Os resultados agora divulgados revelam que o país em boa posição para enfrentar com sucesso o desafio da modernização e da disseminação de redes de nova geração.

Novos ministros na Saúde e na Cultura

RECOMPOSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Ana Jorge na pasta da Cultura e Pinto Ribeiro a tutelar a Saúde tomaram posse como ministros no passado dia 30. A recomposição governamental surgiu na sequência da exoneração, a seu pedido, dos ministros Correia de Campos e Isabel Pires de Lima.

EM DECLARAÇÕES após a cerimónia de posse, no Palácio de Belém, o primeiro-ministro, José Sócrates, elogiou os dois ex-ministros pelo seu trabalho e empenhamento ao serviço do Governo e de Portugal, sublinhando que se vão manter as reformas na área da saúde, mas que “não haverá mais encerramentos de urgências sem que existam alternativas”.

O objectivo do Governo, com a nova ministra, salientou, é manter as reformas e “reforçar a confiança dos cidadãos” no Serviço Nacional de Saúde (SNS). E adiantou que a saída de Correia de Campos, “a seu pedido”, teve o seu acordo “em nome desse reforço de confiança” no SNS, que “estava a perder-se” nos últimos tempos pelo “aproveitamento” com “profunda demagogia” de “alguns casos” na saúde.

Por outro lado, referiu José Sócrates, a substituição do titular da pasta da Saúde cumpre o objectivo de “dar melhores condições políticas para fazer as reformas”.

É que, sublinhou, “todas as refor-



mas devem ser entendidas pelos cidadãos como reformas a seu favor”.

Por sua vez, a nova ministra da Saúde, nas primeiras declarações aos jornalistas após a sua tomada de posse, disse que tem como objectivo “reforçar o SNS”, proporcionando “melhores e mais cuidados de saúde para os cidadãos”.



Já o novo titular da pasta da Cultura, disse que pretende “fazer mais e melhor”, adiantando que “ainda não estudou a situação do Ministério”.

Excelentes currículos

A nova titular da pasta da Saúde é

PS ELOGIA ESCOLHA DE NOMES PRESTIGIADOS



OS DOIS novos ministros Ana Jorge na Saúde e José António Pinto Ribeiro na Cultura são “dois nomes conhecidos e prestigiados, que irão reforçar a capacidade governativa”, afirmou o porta-voz do PS, Vitalino Canas.

Relembrando que a substituição de ministros “é o exercício de uma competência exclusiva do primeiro-ministro”, Vitalino Canas disse que os antigos titulares das pastas “prestaram um excelente serviço ao Governo do PS e a Portugal”.

médica pediatra, tem 58 anos, e era a directora do serviço de pediatria do Hospital Garcia de Orta, em Almada.

Ana Jorge assumiu a presidência da Administração Regional de Saúde de Lisboa (ARS) e Vale do Tejo, entre 1997 e 2000, no Governo de António Guterres, na época em que Maria de Belém foi ministra da Saúde.

Responsável pela introdução do conceito “Música nos Hospitais”, Ana Jorge trabalhou durante 15 anos no Hospital D. Estefânia, em Lisboa e durante a sua presidência da ARS destacou-se na reorganização das urgências pediátricas nos hospitais, apostando no encaminhamento das crianças para os centros de saúde da área de residência e deixando o atendimento hospitalar reservado para casos verdadeiramente urgentes.

Por sua vez, o novo ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, de 61 anos, é um advogado que

se tornou conhecido pelo combate dos direitos cívicos em Portugal, tendo fundado e dirigido o Fórum Justiça e Liberdade, associação destinada ao estudo, promoção e defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Actualmente, Pinto Ribeiro, natural de Moçambique, exercia funções de administrador da PT Multimédia e da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea-Colecção Berardo.

Foi membro da comissão nacional ara as comemorações do 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem.

Para além do português, o novo ministro fala alemão, inglês, francês, espanhol e italiano e é Grande Cavaleiro da Ordem da Liberdade.

Na cerimónia de dia 30 presidida pelo chefe de Estado tomou também posse o novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Manuel Baptista Lobo. J. C. C. B.

NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO TOMARAM POSSE

NA SEQUÊNCIA da remodelação governamental, tomaram posse no dia 1 de Fevereiro seis secretários de Estado.

A nova ministra da Saúde, Ana Jorge, escolheu Manuel Francisco Pizarro para secretário de Estado da Saúde, tendo mantido Francisco Ventura Ramos como secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

O novo titular da pasta da Cultura, José António Pinto Ribeiro, vai ter a

seu lado Maria Paula Fernandes dos Santos como secretária de Estado da Cultura.

Na Administração Interna foram empossados José Miguel Medeiros como secretário de Estado da Protecção Civil e Rui Sá Gomes como secretário de Estado da Administração Interna.

Na Agricultura, Ascenso Simões é o novo secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, transitando da Protecção Civil.

Novo sistema de mediação penal corresponde a um novo desafio

O NOVO sistema de mediação penal, aplicável à pequena criminalidade, que entrou em vigor na semana passada, a título experimental, nas comarcas de Aveiro, Oliveira do Bairro, Porto e Seixal, é um “desafio” para o Ministério e “não é hostil” aos advogados nem nenhuma “privatização”, garantiu o ministro da Justiça.

Alberto Costa falava em Aveiro, na apresentação do sistema de mediação penal, que pretende proporcionar a arguidos e ofendidos a utilização de um mecanismo alternativo de resolução de litígios resultantes da pequena criminalidade, através de um mediador, cuja função é auxiliar o arguido e ofendido a alcançarem um entendimento.

Sendo alcançado um acordo, o processo criminal termina, sem prejuízo da possibilidade da renovação da queixa no caso do acordo não ser cumprido.

O sistema de mediação penal é gratuito e voluntário, sendo aplicável a todos os crimes particulares e



a certos crimes semipúblicos, desde que puníveis com pena de prisão não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão, como, por exemplo, os crimes de injúria, furto, dano e ofensa à integridade física simples.

Estão sempre excluídos do âmbito de aplicação da mediação penal os crimes sexuais, os crimes de peculato, corrupção e tráfico de influências, os casos em que o ofendido seja menor de 16 anos ou em que o arguido seja pessoa colectiva e ainda os casos em que seja aplicável forma de processo especial sumária ou sumaríssima. Resultando da mediação, o acordo alcançado equivale

a desistência da queixa.

O ministro da Justiça fez questão de esclarecer que “não se trata da privatização do processo penal, como erradamente se diz, mas de uma nova oferta pública para solucionar melhor a pequena criminalidade, em que o Estado está sempre presente pela intervenção a montante do Ministério Público e, se não houver acordo na mediação, pelo processo judicial subsequente”.

Por outro lado, Alberto Costa disse que “para o Ministério Público representa um desafio, que assim tem uma maneira de resolver, sem os meios autoritários que a Lei confere, problemas que podem ter uma solução menos onerosa no que respeita à ressocialização e estigmatização social, podendo concentrar mais esforços na criminalidade mais gravosa”, disse.

O ministro da Justiça sublinhou ainda que o novo sistema também “não é uma inovação hostil aos advogados”, já que prevê, em todas as circunstâncias, arguido e vítima possam ser assistidos por estes.

UTILIZAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS DUPLICA EM 2010

NO ÂMBITO da aposta na eficiência energética e nas energias renováveis, o Governo aprovou uma resolução em que assume o objectivo de aumentar dos actuais 5,75 por cento para dez por cento até 2010 a incorporação de biocombustíveis, com origem em fontes renováveis, nos combustíveis fósseis.

Em conferência de Imprensa no final do Conselho de Ministros, o titular da pasta da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, sublinhou que “estes dez por cento são objectivo da União Europeia, mas apenas para se atingir em 2020. Portugal pretende antecipar em dez anos

essa meta”.

Segundo Manuel Pinho, a medida terá efeitos “muito positivos” na economia do país, “porque reduz a dependência de Portugal face aos combustíveis fósseis, cuja produção está concentrada num pequeno número de países e que tem verificado constantes aumentos de preços”.

Esta medida, juntamente com o relançamento do sector hídrico e a forte aposta na energia eólica e outras formas de renováveis constituem os pilares fundamentais da política do Governo para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e reduzir as emissões de CO2.

CALHA REÚNE COM ANA/PS

O SECRETÁRIO nacional para as Autarquias do PS, Miranda Calha, reuniu com a Comissão Directiva da ANA/PS, presidida por Rui Solheiro, em que foram tratados temas como a nova lei eleitoral autárquica e a transferência de competências para os municípios.

Miranda Calha esteve também

em Coimbra, onde reuniu com os presidentes das concelhias do distrito, presidentes de câmara eleitos pelo PS e Secretariado da Federação, à semelhança do que tem acontecido em outros pontos do país, com o objectivo de dinamizar o processo de preparação das eleições autárquicas de 2009.

Comissões Parlamentares Perma

1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputados efectivos

Cláudia Vieira
Celeste Correia
Vasco Franco
Helena Terra
João Serrano
Oswaldo Castro
Ricardo Rodrigues
Ana Maria Rocha
Sónia Sanfona
Teresa Diniz
Vitor Pereira

Deputados suplentes

Ana Catarina Mendonça Mendes
António José Seguro
Costa Amorim
Esmeralda Salero Ramires
Jorge Strecht
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria de Belém Roseira
Maria do Rosário Carneiro
Marisa Macedo
Marques Júnior
Vitalino Canas

Assistente Parlamentar

Isabel Almeida
Telefone: 21 391 73 78
Mail: isabelalmeida@ps.parlamento.pt

Subcomissão de Justiça e Assuntos Prisionais

Ricardo Rodrigues
Helena Terra
Sónia Sanfona

Subcomissão de Administração Interna

João Serrano
Teresa Diniz

2ª Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deputados efectivos

Isabel Vigia
Leonor Coutinho
Manuel J Rodrigues
Maria Carrilho
Maria Helena Rodrigues
Matilde Sousa Franco
Paula Cristina Duarte
Renato Leal
Rosa Maria Albernaz
Vera Jardim

Deputados suplentes

António Galamba
Joana Lima
Joaquim Couto
Manuel Mota
Maria de Lurdes Ruivo
Miguel Coelho
Nelson Baltazar
Ricardo Gonçalves
Vitor Ramalho

Assistente Parlamentar

Teresa Trigo de Sousa
Telefone: 21 391 73 89
Mail: teresatrigo@ps.parlamento.pt

3ª Comissão de Defesa Nacional

Deputados efectivos

Miranda Calha
Agostinho Gonçalves
João Gaspar
João Portugal
João Soares
José Lamego
José Lello
Marques Júnior
Renato Sampaio
Sónia Sanfona

Deputados suplentes

Alberto Antunes
Isabel Jorge
Luiz Fagundes Duarte
Maria Carrilho
Mota Andrade
Odete João
Ramos Preto
Rosa Maria Albernaz
Umberto Pacheco

Assistente Parlamentar

Olga Pedro
Telefone: 21 391 73 71
Mail: olgap@ps.parlamento.pt

4ª Comissão de Assuntos Europeus

Deputados efectivos

Alcídia Lopes
Ana Catarina Mendes
Carlos Lopes
Jacinto Serrão
Manuel Maria Carrilho
Manuel Mota
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Manuel Oliveira
Nuno Antão
Umberto Pacheco
Vitalino Canas

Deputados suplentes

António Galamba
António Gameiro
Bravo Nico
Eugénia Santana Alho
Isabel Vigia
Paula Nobre de Deus
Pedro Farmhouse
Renato Leal

Assistente Parlamentar

Isabel Martins
Telefone: 21 391 73 66
Mail: isabela@ps.parlamento.pt

5ª Comissão de Orçamento e Finanças

Deputados efectivos

Afonso Candal
Aldemira Pinho
António Gameiro
Teresa Venda
Hortense Martins
Hugo Nunes
Leonor Coutinho
Maximiano Martins
Nuno Sá
Vítor Baptista

Deputados suplentes

Luís Pita Ameixa
Marta Rebelo
Sónia Fertuzinhos
Ventura Leite

Assistente Parlamentar

Sara Pires
Telefone: 21 391 73 92
Mail: sara@ps.parlamento.pt

6ª Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

Deputados efectivos

Afonso Candal
Ceia da Silva
David Martins
Hortense Martins
Jorge Seguro Sanches
Lúcio Ferreira
Miguel Ginestal
Pedro Nuno Santos
Rita Miguel
Rui Vieira
Ventura Leite

Deputados suplentes

Fátima Pimenta
Isabel Santos
Jorge Almeida
Jorge Fão
Manuel José Rodrigues
Maximiano Martins
Miguel Laranjeiro
Nuno Antão
Paula Cristina Duarte
Rosa Maria Albernaz
Teresa Venda

Assistente Parlamentar

Susana Costa
Telefone: 21 391 73 83
Mail: susanacosta@ps.parlamento.pt
Sandra Costa
Telefone: 21 391 73 90
Mail: sandracosta@ps.parlamento.pt

Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Miguel Ginestal
Ceia da Silva
Jorge Almeida
Jorge Fão
Lúcio Ferreira
Manuel José Rodrigues
Nuno Antão

Subcomissão de Turismo

Ceia da Silva
David Martins
Fátima Pimenta
Hortense Martins
Maximiano Martins
Teresa Venda
Ventura Leite

7ª Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território

Deputados efectivos

Glória Araújo
Horácio Antunes
José Augusto Carvalho
Jovita Ladeira
Luís Ameixa
Manuel Luís Vaz
Marcos Sá
Mota Andrade
Ramos Preto
Renato Sampaio
Pedro Farmhouse

Deputados suplentes

Ana Couto
Carlos Lopes
Ceia da Silva
Fernanda Asseiceira
Fernando Jesus
Jorge Seguro Sanches
Lúcio Ferreira
Nuno Sá
Paula Barros
Rosalina Martins
Vítor Pereira

Assistente Parlamentar

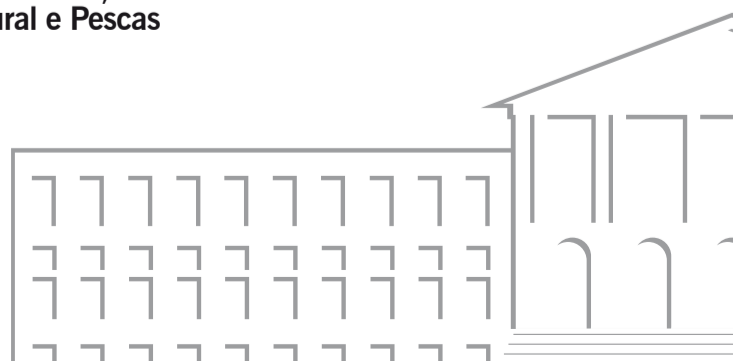
Célia Pereira
Telefone: 21 391 73 70
Mail: celia@ps.parlamento.pt
Carla Correia
Telefone: 21 391 73 65
Mail: carlacorreia@ps.parlamento.pt

Subcomissão para a Descentralização

José Augusto de Carvalho
Fernando Jesus
Luís Pita Ameixa

Subcomissão para a Criação de Novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades

Ana Couto
Pedro Farmhouse



Comissões Permanentes e Eventuais

8ª Comissão de Educação e Ciência

Deputados efectivos

António José Seguro
Bravo Nico
Fernanda Asseiceira
Fernando Cabral
João Bernardo
Luiz Fagundes Duarte
Luísa Salgueiro
Manuela de Melo
Odete João
Paula Barros
Rosalina Martins

Deputados suplentes

Alcídia Lopes
Aldemira Pinho
Isabel Coutinho
Jacinto Serrão
Jovita Ladeira
Maria Júlia Caré
Maria Manuel Oliveira
Pedro Nuno Santos
Rita Neves
Teresa Portugal

Assistente Parlamentar

Rafaela Teixeira
Telefone: 21 391 73 88
Mail: rafaelateixeira@ps.parlamento.pt

9ª Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Deputados efectivos

Alberto Antunes
Fernando Jesus
Hugo Nunes
Irene Veloso
Isabel Nunes Jorge
Joana Lima
Jorge Fão
José Junqueiro
Miguel Coelho
Nelson Baltazar

Deputados suplentes

Ana Couto
Carlos Lopes
Fernando Cabral
Glória Araújo
Horácio Antunes
João Gaspar
Marcos Sá
Pedro Farmhouse

Assistente Parlamentar

Maria João Pino
Telefone: 21 391 73 86
Mail: mjoao@ps.parlamento.pt

Subcomissão de Segurança Rodoviária

Nelson Baltazar
Irene Veloso
Isabel Jorge
Jorge Fão

10ª Comissão de Saúde

Deputados efectivos

Fátima Pimenta
Joaquim Couto
Jorge Almeida
Manuel Pizarro
Maria Antónia Almeida Santos
Maria de Belém Roseira
Marisa Costa
Ricardo Gonçalves
Sónia Fertuzinhos
Vitor Baptista

Deputados suplentes

Cláudia Couto Vieira
David Martins
Eugénia Santana Alho
Fernanda Asseiceira
Helena Terra
José Augusto de Carvalho
Luísa Salgueiro
Vasco Franco

Assistente Parlamentar

Carla Dias
Telefone: 21 391 73 72
Mail: carladias@ps.parlamento.pt

11ª Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública

Deputados efectivos

Cidália Faustino
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Strecht
Maria José Gamboa
Miguel Laranjeiro
Vitor Ramalho

Deputados suplentes

António Gameiro
João Bernardo
João Portugal
Maria do Rosário Carneiro
Maria Helena Rodrigues
Odete João
Paula Nobre de Deus
Sónia Fertuzinhos
Teresa Diniz

Assistente Parlamentar

Teresa Pinto
Telefone: 21 391 73 64
Mail: tpinto@ps.parlamento.pt

12ª Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

Deputados efectivos

Alberto Arons de Carvalho
Ana Couto
António Galamba
Celeste Correia
João Serrano
Júlia Caré
Maria do Rosário Carneiro
Paula Nobre de Deus
Rita Neves
Teresa Portugal

Deputados suplentes

Ana Maria Rocha
Celeste Correia
Isabel Coutinho
Manuela de Melo
Maria José Gamboa
Marisa Costa
Matilde Sousa Franco
Rita Miguel
Rosalina Martins
Teresa Diniz

Assistente Parlamentar

Isabel Almeida
Telefone: 21 391 73 78
Mail: isabelalmeida@ps.parlamento.pt

Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família

Deputados Efectivos

Maria do Rosário Carneiro
Ana Couto
Paula Nobre de Deus

Deputados Suplentes

Celeste Correia
Maria Júlia Caré
Matilde Sousa Franco

Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas

Renato Sampaio
Afonso Candal
Glória Araújo
Isabel Jorge
Jorge Seguro Sanches
José Lamego
Manuela de Melo
Maximiano Martins
Mota Andrade
Nuno Sá
Paula Barros
Paula Cristina Duarte

Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

Horácio Antunes
Carlos Lopes
Fernando Cabral
Fernando Jesus
Jorge Almeida
Luís Vaz
Maria de Lurdes Ruivo
Miguel Ginestal
Nuno Antão
Rosalina Martins
Vitor Pereira

DIRECÇÃO GP/PS

Presidente

Alberto Martins

Vice-Presidentes

Afonso Candal
Ana Catarina
António Galamba
Helena Terra
Jorge Strecht
José Junqueiro
Manuela Melo
Manuel Maria Carrilho
Mota Andrade
Ricardo Rodrigues
Sónia Sanfona

Assistentes Parlamentares

Ana Paula Nápoles
Telefone: 21 391 92 93
Mail: pnapoles@ps.parlamento.pt

Isabel Val-Figueira
Telefone: 21 391 92 57
Mail: Isabel@ps.parlamento.pt

Mafalda Ferreira
Telefone: 21 391 92 56
Mail: Mafalda@ps.parlamento.pt

Patricia Moreirinhas
Telefone: 21 391 92 60
Mail: patricia@ps.parlamento.pt

Raquel Pires
Telefone: 21 391 75 90
Mail: raquelp@ps.parlamento.pt

Natália Marinho
Telefone: 21 391 73 96
Mail: natália@ps.parlamento.pt

Rita Gomes da Silva
Telefone: 21 391 73 68
Rita@ps.parlamento.pt



“A escolha de Alcochete é uma boa notícia”

CARLOS BEATO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE GRÂNDOLA

A aposta decidida no sector turístico está a ajudar Grândola a encarar o futuro com mais optimismo. Durante anos, refere Carlos Beato, em entrevista ao “Acção Socialista”, quiseram que a actividade agrícola fosse a prioridade deste município, “um erro que agora estamos a corrigir”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Desde que assumiu responsabilidades na autarquia de Grândola quais têm sido as suas prioridades?

Desde que assumi a liderança do município de Grândola a primeira prioridade foi a de traçar um rumo, definir uma estratégia e adequar o funcionamento dos serviços para o cumprimento cabal dos objectivos que nos propusemos alcançar. Em termos concretos a medida mais significativa foi a de colocar o desenvolvimento turístico do concelho como a principal prioridade da orientação estratégica com o objectivo de o afirmar e, consequentemente, o litoral alentejano como um destino turístico de excelência. Importa referir que o PDM aprovado pelo anterior Executivo da CDU estabelecia a actividade agrícola como a principal prioridade para um concelho com mais de 40 quilómetros de frente atlântica, com uma localização privilegiada – a uma hora de Lisboa e entre os portos de Setúbal e Sines – e com potencialidades para estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento turístico que alie a grande qualidade urbanística dos projectos à elevada protecção e preservação do meio ambiente e da natureza.

Os projectos turísticos da herdade do Pinheirinho e Costa Terra têm levantado alguma polémica junto dos ecologistas. Pensa que estes empreendimentos representam, tal como afirmam os ambientalistas, uma ameaça para o desenvolvimento sustentável da região?

De maneira nenhuma. Os projectos da Herdade do Pinheirinho e da Costa Terra enquadram-se plenamente na perspectiva do novo paradigma de desenvolvimento turístico que acabei de referir. À semelhança de todos os projectos já aprovados ou em fase de aprovação na área do concelho de Grândola, apresentam grande qualidade a nível urbanístico e paisagístico, apostam na complementaridade e interligação entre desenvolvimento e preservação ambiental, mereceram pareceres favoráveis por parte de todas as

entidades que, nos termos da lei, se tinham de se pronunciar sobre eles e constituirão, seguramente, factores de progresso e desenvolvimento sustentado do concelho, da região e do próprio país. Importa ainda referir que, ao contrário do que por vezes se afirma, não há nenhum “habitat” prioritário nas áreas urbanizáveis da Costa Terra ou da Herdade do Pinheirinho, havendo, para além disso, o compromisso, por parte dos promotores em desenvolverem medidas concretas e positivas de protecção ambiental e de preservação dos sítios, através de um plano de gestão ambiental, invertendo em muitas situações o estado de abandono em que se encontravam.

O Governo aprovou uma nova Lei das Finanças Locais. Está de acordo com os mecanismos ali estabelecidos ou haverá algo que lhe merece crítica?

O município de Grândola subcreve, na generalidade, o parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) relativamente a esta matéria, considerando que o diploma coloca diversas limitações ao princípio da autonomia local, contribui no imediato para a diminuição das receitas municipais e para o agravamento da situação financeira dos municípios, num momento em que se preparam para receber novas e importantes competências e coloca ainda maiores restrições ao endividamento, com práticas que não têm paralelo com o que se passa ao nível da administração central, bem como das empresas e institutos públicos.

Num balanço mais geral o que lhe oferece dizer sobre a actuação do Governo e a sua relação com a autarquia que lidera?

O Governo tem vindo a desempenhar um papel muito positivo em termos de aprovação dos projectos de desenvolvimento da frente atlântica, contribuindo para desbloquear situações que se arrastavam há demasiado tempo e mostrando ser possível, sem perda de rigor e exigência, diminuir substancialmente os prazos para aprovação de projectos. De igual



e para o novo aeroporto a para Grândola”



modo, a iniciativa de criação do pólo turístico do litoral alentejano é uma medida importante, que importa sublinhar, e que contribuirá para a sua afirmação como destino turístico de excelência, objectivo em que o município de Grândola está empenhado e em que assume, naturalmente, um papel de relevo.

Também noutras áreas o município de Grândola tem que reconhecer, com inteira justiça, que o Governo tem sido sensível aos argumentos que temos vindo a apresentar relativamente a diversas situações que consideramos serem da maior importância para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento que estamos a atravessar, de que são exemplos o não encerramento do serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Grândola e a decisão de construção de um novo estabelecimento prisional no nosso concelho, em substituição do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, cuja deslocalização se justifica amplamente.

Grândola está no Alentejo, região que tem vindo a sofrer uma desertificação desde há décadas. O que tem feito a Câmara Municipal para contrariar esta realidade?

Com o impulso dado nos últimos anos aos projectos de desenvolvimento da frente atlântica e da aldeia mineira do Lousal, o município de Grândola tem vindo a contribuir de modo significativo não só para estancar o despovoamento que se verificava,

“O Governo tem vindo a desempenhar um papel muito positivo em termos da aprovação dos projectos de desenvolvimento turísticos da frente atlântica”

“Vamos criar o Observatório Mundial da Canção de Protesto, tirando partido da ligação de Grândola ao 25 de Abril e a José Afonso

como inclusivamente inverter, de modo sustentado, essa tendência. Efectivamente, estes projectos estão a criar mais oportunidades para todos, gerando mais riqueza e mais bem-estar. De igual modo, o esforço de requalificação urbana, a aposta na habitação social, o investimento grande que temos realizado na área da educação, no desporto, na cultura e lazer, o apoio que damos aos mais carenciados e o reforço constante das comunidades locais, de que são exemplos a criação dos centros comunitários do Lousal, Cadoços, Santa Margarida da Serra e Canal Caveira, constituem factores decisivos para a fixação de população e para a confiança dos cidadãos no futuro deste concelho.

Para além dos projectos turísticos que outras iniciativas estão em marcha ou em agenda perspectivando o progresso e desenvolvimento do município de Grândola?

Na área da educação temos a construção dos centros escolares de Melides e Carvalhal, uma nova geração de equipamentos educativos que irão contribuir para a maior qualidade da educação e do ensino. Queremos ainda construir as novas escolas básicas integradas de Grândola e do Litoral, que são equipamentos fundamentais para o equilíbrio da rede escolar e decisivos em termos do futuro de desenvolvimento que estamos a criar. Na área da cultura queremos destacar a criação do museu e do arquivo municipal, a ampliação da biblioteca municipal e a criação do Observatório Mundial da Canção de Protesto, tirando partido da ligação simbólica de Grândola ao 25 de Abril e a José Afonso. Ao nível do urbanismo, para além de prosseguirmos e reforçarmos a requalificação urbana iremos criar o Parque Urbano de Grândola, um projecto da autoria do prof. Sidónio Pardal que irá contribuir para uma maior qualidade de vida e para a fruição do espaço público. No Parque de Feiras e Exposições de Grândola, onde se realiza a Feira de Agosto – a grande Feira do Turismo e Desenvolvimento do Litoral Alentejano, iremos construir o pavilhão multiusos, criando ainda mais condições para a qualificação daquele Parque de Feiras e para a promoção de Grândola e da região. Na aldeia mineira do Lousal, iremos inaugurar em breve o Centro de Ciência Viva, um equipamento de características inovadoras, com tecnologia única na Península Ibérica, dando mais um passo decisivo na criação do Parque Mineiro do Lousal.

Até que ponto o novo aeroporto internacional de Lisboa em Alcochete pode beneficiar ou a prejudicar o seu concelho?

A decisão de criação do novo aeroporto internacional de Lisboa em Alcochete é, obviamente, uma boa notícia para o concelho de Grândola e para a região do litoral alentejano. Como é evidente a afirmação de um destino turístico de excelência é feita com base em múltiplos factores, entre os quais as acessibilidades assumem uma importância crucial. Em termos de impacto, esta decisão contribui para reforçar a notoriedade e a centralidade deste destino. Por outro lado, a criação das infra-estruturas e o desenvolvimento do novo aeroporto irão acrescentar novas oportunidades de emprego e negócio à região, trazendo ainda ao concelho de Grândola uma crescente aptidão para a logística, dada a sua localização privilegiada entre os aeroportos de Beja e Alcochete, os portos marítimos de Setúbal e Sines, e a meio caminho entre Lisboa e o Algarve.

Planeamento urbanístico, espaços públicos de qualidade, novas habitações, cultura e desenvolvimento humano são temas que de algum modo preocupam ou estão na agenda da Câmara Municipal?

Estes temas têm estado, desde o primeiro momento, na agenda do município, constituindo prioridades de actuação do Executivo municipal. Só conseguimos entender e perspectivar o desenvolvimento turístico da frente atlântica e da aldeia mineira do Lousal tendo como base principal da sua sustentabilidade os múltiplos factores que contribuem para a qualidade de vida dos cidadãos e para a plena fruição do espaço comunitário a que pertencem. Nesse sentido, é essencial efectuar um planeamento urbanístico rigoroso que combata as assimetrias e promova o desenvolvimento integrado do concelho, possibilitando a existência de mais e melhor habitação, cabendo ao município de Grândola um papel importante na criação de oportunidades para os mais carenciados e para os jovens. Simultaneamente, o município tem vindo a trabalhar com o objectivo de assegurar espaços públicos de qualidade, que contribuam para o bem-estar e o conforto dos cidadãos e para garantir uma diversificada e abrangente actividade cultural, que afirme a identidade cultural local e abra novas perspectivas e novos horizontes ao nível do desenvolvimento humano harmonioso.

Carlos César anuncia recandidatura à presidência do Governo Regional

AÇORES

“Eu serei candidato à presidência do PS/Açores e do Governo Regional”, anunciou no sábado Carlos César, num jantar em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, em que participaram cerca de 1200 militantes e simpatizantes socialistas.

CARLOS César, que chefia o Governo Regional desde 1996, sublinhou que o seu compromisso “é para continuar a garantir uns Açores fortes, esclarecidos em coligação com as forças açorianas e com os açorianos em força”.

O presidente do PS/Açores referiu depois que atrasou este anúncio, porque era preciso garantir que a sua candidatura incorporasse os interesses mais relevantes que entendeu para a região autónoma.

“A minha obrigação era transformar a minha candidatura não num caso mediático, mas num caso de amor aos Açores”, frisou.

Referindo-se à revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, o líder do PS/Açores referiu que, nas negociações com Lisboa, provavelmente não ganhará tudo o que queria, mas “seguramente praticamente tudo” o que considera mais importante.

Segundo Carlos César, é preciso que o novo Estatuto “constitua um avanço e não um travão à revisão constitucional de 2004, que seja uma confirmação e não um retrocesso nos direitos políticos da região”.

“Ficaremos com um novo paradigma de competências”, garantiu o



líder socialista açoriano, acrescentando que o adiamento no anúncio da sua candidatura visou “tirar o máximo partido das circunstâncias do momento a favor dos Açores”.

Por isso, acrescentou, em concertação com José Sócrates, o PS/Açores assegurou o aumento da competência legislativa do arquipélago.

Nas negociações com Lisboa, ficou, também, assegurado o referendo regional e a possibilidade de voto dos emigrantes nas eleições regionais, que será regulamentada em futura lei eleitoral.

Nos dossiês pendentes com o Governo da República, César

sublinhou que havia interesses a acautelar como a ampliação do aeroporto da Horta, a modernização, iluminação e certificação nocturna do aeroporto das Flores, um novo regime favorável das obrigações do serviço público de transporte aéreo para os Açores e a complementaridade efectiva do Serviço Nacional de Saúde.

Mas “é preciso que fique claro que não sou o candidato do secretário-geral do PS (José Sócrates) à presidência do Governo Regional, nem tomei esta decisão por ele ter assumido comigo um conjunto de compromissos”, disse.

As eleições directas no partido

estão agendadas para 15 de Fevereiro, enquanto o XIII congresso dos socialistas açorianos vai decorrer a 18, 19 e 20 de Abril, na ilha de São Miguel.

Confiança numa “grande vitória” do PS

Entretanto, antes, na semana passada, num jantar com militantes em Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, Carlos César manifestou-se convicto numa “grande vitória” dos socialistas nas eleições regionais de Outubro, porque, sublinhou, “os açorianos sabem que o rumo que estamos a traçar é de

progresso e desenvolvimento”.

Discursando, Carlos César disse que a acção do Governo Regional resultou numa “conquista enorme” de liberdade de opinião no arquipélago.

“Hoje podemos dizer com orgulho que, ao contrário do passado, ninguém é prejudicado por criticar e também ninguém é beneficiado por nos elogiar”, afirmou.

O líder dos socialistas açorianos manifestou-se ainda satisfeito por “todas as acções inspectivas, relatórios dos tribunais e escrutínio dos actos da Administração confirmarem a procura de rigor e sentido de honestidade” do Governo Regional.

“Nos Açores, as pessoas que chegaram ao Governo e que tinham maiores possibilidades financeiras pessoais não retiram da sua condição de governante mais proveitos e aqueles que chegaram ao Governo pobres não estão nem sairão ricos”, salientou o presidente do PS/Açores.

Na sua intervenção, Carlos César destacou o aumento de médicos, consultas, cirurgias e exames no Serviço Regional de Saúde (SRS), aproveitando para anunciar que, em Junho, vai ser lançado o concurso para uma parceria público-privada para uma unidade de radioterapia na Ilha de São Miguel, que evitará a “desumanidade” das deslocações de cerca de 350 açorianos por ano ao Continente.

“Continuamos a ter um papel determinante nos Açores porque nós somos, confirmadamente, uma força de mudança e quem muda para melhor merece continuar a governar a nossa terra”, disse ainda.

Novo programa de combate à pobreza

O GOVERNO Regional dos Açores vai investir cerca de 400 mil euros anuais num novo programa de combate à pobreza e exclusão social dirigido “a zonas deprimidas” e a grupos em “situação de vulnerabilidade grave”.

Este novo instrumento vai intervir já este ano nos concelhos da Povoação e Ponta Delgada (ilha de São Miguel) e Praia da Vitória (Terceira), junto dos sem-abrigo, repatriados e mulheres vítimas de violência.

Formação, qualificação para o emprego e intervenção parental serão as acções prioritárias deste novo programa, que será desenvolvido pelo Governo Regional em parceria com várias entidades.

Na prática, este novo instrumento será executado mediante contratos com instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, associações de desenvolvimento local, cooperativas de solidariedade social e outras organizações não governamentais.

“Vão ser contratualizadas acções com determinadas entidades que executam depois as actividades”, explicou a directora regional da Segurança Social, Andreia Cardoso, re-



ferindo que o Instituto de Acção Social será a entidade responsável pela aprovação anual dos planos específicos.

De acordo com a directora regional, trata-se de um programa desenhado a nível nacional, mas adaptado à região, onde o emprego, formação e qualificação, intervenção familiar e parental, capacitação da comunidade e das instituições, informação e acessibilidade constituem os quatro eixos de intervenção.

Segundo Andreia Cardoso, em 2007 e de forma experimental, foram já estabelecidos contratos com várias entidades, com acções junto de repatriados dos Estados Unidos e Canadá, mulheres vítimas de violência e infância.

Este ano e nesta primeira fase, os contratos serão na ilha de São Miguel e Terceira, acrescentou a directora regional, sublinhando que o programa, designado “Contratos Sociais de Desenvolvimento Social dos Açores (CLDSA)”, pretende combater a pobreza e exclusão social numa determinada zona, através da dinamização de projectos envolvendo várias entidades.

Alentejo vai ter 11 projectos turísticos de excelência

OS 11 NOVOS projectos turísticos de “excelência” para o distrito de Évora, sobretudo para o Alqueva, num investimento de quase dois mil milhões de euros e que irão criar 3754 postos de trabalho, são da “maior importância”, devido ao peso nacional do sector para o emprego, exportações e investimento, afirmou José Sócrates.

O primeiro-ministro falava no final de uma sessão realizada no sábado na vila medieval de Monsaraz, depois de ter efectuado um passeio de barco pelo Alqueva, no âmbito da iniciativa Governo Presente, que terminou no distrito de Évora.

José Sócrates elogiou os empresários que quiseram apostar no Alentejo, afirmando que estes projectos são já uma marca na região “porque vão servir a natureza, a qualidade arquitectónica e vão conseguir uma elevação dos padrões nos mercados turísticos que são cada vez mais exigentes e sofisticados”.

Os onze novos projectos turísticos previstos para o distrito de Évora, sobretudo para Alqueva, representam um investimento total de 1,8 mil milhões de euros.

Quatro dos complexos estão projectados para Évora, dois para Reguengos de Monsaraz e outros dois para Mourão, estando os restantes previstos para Alandroal, Redondo e Montemor-o-Novo.

Regresso em massa à escola

Antes, José Sócrates presidiu a uma sessão do programa “Novas



Oportunidades”, em Évora, em que foram entregues 354 diplomas a jovens e adultos inscritos nessa iniciativa e cerca de 200 computadores no âmbito do programa e-escola.

“O país assiste a um verdadeiro movimento nacional de regresso à

3754

É o número de postos de trabalho que vão gerar os 11 projectos turísticos de excelência

escola e melhoria de qualificações. É deste esforço que o país é carente e de que o país precisa”, afirmou o primeiro-ministro, sublinhando que os portugueses, ao adquirirem mais conhecimentos, podem contribuir para o desenvolvimento do país.

De salientar que o programa “Novas Oportunidades” conta com 360 mil inscritos em todo o país, sendo Évora um distrito que regista uma adesão acima da média nacional, na ordem dos 15 por cento dos activos, conforme destacou Sócrates.

Governo quer reduzir prazos de pagamento aos fornecedores

O Governo estabeleceu como meta reduzir entre 15 e 25 por cento os prazos de pagamento do Estado a fornecedores, em 2008. E a médio prazo atingir um prazo de demora de pagamento entre 30 e 40 dias.

O ANÚNCIO deste objectivo foi feito pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, no final do Conselho de Ministros, que aprovou uma resolução denominada “Pagar a tempo e horas” e que se destina a reduzir os prazos de pagamento dos organismos do Estado aos fornecedores.

Teixeira dos Santos adiantou que os organismos do Estado que fecharem este ano com prazos de pagamento a fornecedores superiores a 180 dias serão alvo de uma auditoria.

Segundo o ministro das Finanças, com as auditorias, “pretende-se formular um conjunto de recomendações a esses organismos no sentido de corrigirem as suas práticas e melhorarem significativamente a respectiva situação perante os fornecedores”.



“Essas auditorias não terão contudo qualquer aspecto penalizador para os serviços, porque apenas terão um objectivo de apoio ao diagnóstico de problemas”, explicou.

Apoio às autarquias

Teixeira dos Santos anunciou ainda que o Tesouro vai participar em empréstimos bancários de médio e longo prazo destinados a autarquias que pretendam pagar dívidas aos seus fornecedores.

Segundo o ministro das Finanças, o objectivo é que as autarquias e os governos regionais adiram ao programa “Pagar a tempo e horas” de “uma forma contratualizada, numa base de adesão voluntária”.

Neste programa, esclareceu, “o Governo dá a possibilidade de os municípios poderem contrair empréstimos de médio e longo prazo, tendo em vista pagarem aos seus fornecedores e melhorarem os seus prazos de pagamento”, sendo que, adiantou, o empréstimo terá duas componentes: uma por parte do sistema bancário (60 por cento) e outra através de fundos do Tesouro público (40 por cento)”.

“Estamos numa batalha pela

PEDRO DO CARMO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE OURIQUE

O concelho alentejano de Ourique, tal como sucede com muitos outros municípios do interior, debater-se não só com uma acentuada desertificação humana como ainda com um progressivo envelhecimento das suas populações.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara Municipal, Pedro do Carmo, acrescenta a esta realidade uma outra que resulta do facto, como refere, da anterior equipa camarária, dirigida pelo actual deputado do PSD Raul dos Santos, ter deixado uma dívida de mais de 22 milhões de euros.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Quais as prioridades com que a Câmara Municipal se defronta tendo em vista o seu desenvolvimento futuro?

O desenvolvimento do concelho de Ourique enfrenta as dificuldades inerentes aos concelhos do interior do país, desertificação humana e envelhecimento das populações, associadas às graves dificuldades financeiras herança das anteriores gestões do PSD de José Raul dos Santos, 22 milhões de euros de dívidas e uma autarquia totalmente descaracterizada e descredibilizada. Quanto ao desenvolvimento futuro e tendo em conta a realidade encontrada, as nossas prioridades centraram-se na credibilização do Concelho de Ourique, numa gestão rigorosa, na reorganização da Autarquia e na revisão do Plano Director Municipal (PDM). Só a partir daí é que podemos começar a implementar algumas políticas de desenvolvimentos que acreditamos serem fundamentais para Ourique.

A Câmara de Ourique decidiu pôr em marcha a revisão do PDM. Que alterações gostaria de ver contempladas no novo instrumento?

A revisão do PDM é para a autarquia de Ourique um processo fundamental para o seu desenvolvimento. Importa recordar que o PDM de Ourique foi um dos últimos a ser aprovado sobre pressão da União Europeia, pois quem não tivesse PDM não podia candidatar-se aos fundos comunitários, o que levou à elaboração de um documento totalmente desfasado das necessidades do concelho. Basta eu citar um exemplo para todos perceberem o que pretendo dizer: o PDM não previa uma zona industrial para o concelho. Assim, o Plano Director Municipal, em vez de ser um instrumento de planeamento e desenvolvimento, tornou-se um elemento castrador e inibidor. Actualmente, com a actual revisão podemos tentar reintroduzir no PDM a sua vocação mais nobre: estruturar o concelho para os desafios e as novas realidades do desenvolvimento sustentável. Iniciámos, neste sentido,

um plano de desenvolvimento económico e social para termos consciência das nossas reais necessidades e podermos adequar o PDM a essas mesmas necessidades. Acreditamos que este método irá permitir ter um melhor documento para nos apoiar nas medidas a implementar.

Ourique está numa das regiões do país onde a desertificação mais se tem feito sentir. Que iniciativas estão ao alcance da Câmara Municipal capazes de poder inverter este cenário?

A desertificação humana e o envelhecimento das populações são os principais problemas de concelhos como o nosso. Tal situação obriga-nos a enfrentar problemas e a encontrar soluções para esta realidade. Inverter esta situação não está ao alcance da autarquia por si só. Sem o apoio de políticas nacionais e internacionais esta realidade vai acentuar-se cada vez mais. Acredito que a desertificação vai ser, ou deveria ser, uma das principais preocupações da UE e de Portugal. Ao nível da autarquia criámos um conjunto de apoios para facilitar a instalação de pessoas, ainda que com as limitações que falei quanto ao PDM existente, licenciámos a instalação de uma unidade agro-industrial na freguesia de Garvão, cuja inauguração teve a honra da presença do primeiro-ministro, José Sócrates. Implementámos um conjunto de medidas que apelido de proximidade, tendo como objectivos principais servir o máximo de pessoas possíveis e evitar, tanto quanto possível, as deslocações das populações mais dispersas à sede de concelho. São exemplos destas preocupações a unidade móvel de saúde, um projecto conjunto com o Centro de Saúde, devidamente apetrechado e que se desloca com um médico e um enfermeiro às zonas mais isoladas do município. Brevemente vamos ter um outro “serviço de proximidade”, que permitirá responder às pequenas obras e avarias nas localidades mais isoladas, ajudando assim também as pessoas mais idosas. As apostas que temos vindo a fazer nas novas



a credibilização de Ourique”



tecnologias vieram facilitar imenso a implementação deste tipo de projectos.

Optimizar os recursos disponíveis tornando mais eficiente e eficaz a gestão da autarquia passa por tomar que tipo de medidas?

Esta é a área que tem merecido o empenhamento deste Executivo a cada minuto, a cada dia, desde que tomei posse como presidente da autarquia. As dificuldades financeiras são tantas que diariamente temos de encontrar soluções para os mais diversos problemas. Resumindo, a situação que encontramos: 22 milhões de euros de dívidas, 116 processos judiciais por incumprimento, dezenas de viaturas, imóveis, mobiliário e computadores penhorados, centenas de fornecedores com pagamentos em atraso, funcionários-fantasma, inexistência de inventário e ausência de regras contabilísticas claras e uma taxa de endividamento de 186 por cento. Este o diagnóstico resumido daquilo que encontramos, uma autarquia desacreditada e funcionários desmotivados. Assim, foi necessário explicar a razão e o teor das medidas que tomámos, nomeadamente ao reduzir as horas extraordinárias, implementar o POCAL e o inventário, tendo eu próprio, os vereadores e os membros do meu gabinete deixado de receber ajudas de custos ou horas extraordinárias. Foi necessário iniciar um processo de negociação quer judicial, quer extrajudicial, com os diversos credores, encontrar um plano de pagamento que permitisse

“A situação que encontramos da gestão do PSD é dramática: 22 milhões de euros de dívida, 116 processos judiciais por incumprimento, dezenas de viaturas, imóveis, mobiliário e computadores penhorados, centenas de fornecedores com pagamentos em atraso, funcionários-fantasma, inexistência de inventário e ausência de regras contabilísticas claras e uma taxa de endividamento de 186 por cento”.

ir pagando aos fornecedores, ou seja, pouco a pouco credibilizar o nome de Ourique.

E já se conhecem alguns resultados destas iniciativas?

Já. O que aliás muito nos satisfaz. Por exemplo, em horas extraordinárias e ajudas de custos poupámos em dois anos cerca de 900 mil euros; dos 116 processos judiciais existentes 101 já estão resolvidos, o que permitiu reduzir em milhares de euros os juros existentes. Fizemos, por outro lado, dezenas de acordos de pagamentos com os diversos credores, ou seja, actualmente a autarquia compra em todos os fornecedores, reiniciou as obras do Mini-Pólis que estavam paradas e a degradarem-se. Apostámos fortemente na educação, com a compra de mobiliário novo, computadores e impressoras, efectuámos melhorias nas instalações e implementámos refeitórios dignos para o ensino pré-escolar e o 1º ciclo. Realizar mais com menos tornou-se o lema de todos os colaboradores desta autarquia, sem os quais não teria sido possível afirmar que Ourique recuperou hoje o seu bom-nome e a sua credibilidade.

Qual o peso que o sector turístico desempenha no conjunto da riqueza do concelho?

O sector turístico começa actualmente a despontar como o principal sector do concelho. Existem dois importantes projectos nesta área previstos para Ourique: a Quinta da Arrábida e o Monte Campanador, cujos planos de pormenor estão a ser analisados, mas cuja importância e qualidade foram reconhecidas com a aprovação de projectos considerados de interesse nacional, PIN's, por parte deste Governo. Este sector tem merecido da parte deste Executivo a melhor atenção e o maior apoio, não apenas os dois investimentos previstos, mas também as diversas áreas associadas ao turismo, como o comércio local, a restauração e o agroturismo. Neste sentido, lançámos o ano passado a iniciativa Ourique – Capital do Porco Alentejano, em que durante três dias promovemos o porco alentejano nos restaurantes, no recinto com palestras, animações, demonstrações e provas gastronómicas. Tal iniciativa, que iremos repetir anualmente, teve o empenho de diversas associações e restaurantes, que compreenderam a importância de divulgar uma das nossas riquezas, pois o concelho é dos principais criadores de porcos alentejanos. A localização privilegiada de Ourique também é um factor importante para o sector turístico, uma vez que se encontra junto à auto-estrada Lisboa/Algarve, a 35 minutos do futuro aeroporto de Beja e a 40 minutos de Sines e da costa alentejana.

Ourique faz fronteira com o Algarve, uma das regiões turísticas mais desenvolvidas do país. Que

sinergias existem para que o seu concelho beneficie do enorme fluxo turístico que aquela região recebe anualmente?

Como referi anteriormente, a localização estratégica do concelho de Ourique conjugada com a procura dum turismo mais paisagístico e da natureza, a proximidade a grandes empreendimentos como o aeroporto de Beja e os investimentos previstos, vai certamente colocar esta região como preferencial para muitos projectos que procuram estas mais-valias. As sinergias com o Algarve já existem e tendem a crescer cada vez mais, pois a beleza paisagística e os espaços existentes são bens cada vez mais raros.

Até que ponto é difícil a herança que a actual equipa camarária recebeu da anterior gestão municipal?

A herança que recebemos da anterior gestão municipal condicionou e vai condicionar nos próximos anos todas as actividades que pretendemos implementar. O município de Ourique vai pagar durante anos a total ausência de regras e os feitos disparates que a anterior gestão praticou durante 12 anos. Muitos destes actos foram detectados pela Inspeção de Finanças e foram enviados para o Ministério Público, só espero que as instituições cumpram a sua função e não deixem que “a culpa morra solteira”. Aquilo que se passou em Ourique é inaceitável e deve ser seriamente denunciado e punido, só assim poderemos voltar a acreditar que o “crime não compensa”.

A Lei das Finanças Locais é na sua perspectiva uma boa lei ou, pelo contrário, terá que ser objecto de algumas correcções?

A Lei das Finanças Locais é no seu conjunto uma boa lei. Acredito que se esta lei existisse há mais tempo, muito daquilo que a gestão PSD fez, não teria sido possível. Mas esta lei veio prejudicar ainda mais o município de Ourique, na medida em que não prevê situações de excepção para autarquias que se encontram nesta situação.

A Administração Central permitiu que durante anos uma autarquia pudesse acumular 22 milhões de dívidas, 186 por cento de endividamento e situações de irregularidades e de ilegalidades, mas a mesma Administração Central vem agora exigir que temos de reduzir drasticamente as dívidas, temos de cumprir rigorosamente as regras impostas, mas recusando-se a permitir o recurso ao crédito, ignorando que nestes concelhos as receitas extraordinárias são sempre incipientes. Reduzimos drasticamente as despesas, estamos a fazer um esforço enorme para cumprir as nossas obrigações, mas tal atitude não encontra na Administração Central qualquer compreensão, limitando-se a aplicar cegamente aquilo que está estipulado.

OPINIÃO



JORGE ALMEIDA
Deputado do PS

Quem, pretensamente à nossa esquerda, profere o discurso do facilitismo financeiro tão interessante para as corporações, e a promessa demagógica e populista de "dar tudo a todos porque a saúde não tem preço", escancarando desreguladamente a oferta, mais não faz do que tentar empurrar o SNS para o estádio que o pode destruir

PÚBLICO E PRIVADO – EM CONCORRÊNCIA E COM TRANSPARÊNCIA

COM quase três anos de governação, uma das áreas mais sensíveis e determinantes para o sentido social das reformas em curso, a saúde, deverá merecer dos socialistas uma atenta reflexão, que ajude a mobilizar a militância em torno das mudanças e a perspectivar o aprofundamento e a consolidação de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), público, universal e sustentado.

Os ganhos já conseguidos a nível da gestão e organização dos Cuidados Diferenciados, poderão ser considerados muito significativos. Sobretudo a nível das grandes unidades hospitalares e dos Centros Hospitalares recentemente criados.

Mais produção clínica, equilíbrio de contas, redução do desperdício, contenção de despesa, grande disciplina e racionalização do aprovisionamento.

Estes resultados permitiram inverter o caminho de descontrolo das contas da saúde e da insustentabilidade do SNS, que os governos de direita vinham prosseguindo.

Não há estado social, nem SNS com equidade e universalidade, sem boas contas, sem rigor orçamental.

Quem, pretensamente à nossa esquerda, profere o discurso do facilitismo financeiro tão interessante para as corporações, e a promessa demagógica e populista de "dar tudo a todos porque a saúde não tem preço", escancarando desreguladamente a oferta, mais não faz do que tentar empurrar o SNS para o estádio que o pode destruir. A sua insustentabilidade e inviabilidade face à riqueza produzida no país.

Mas o facto de termos atingido tão bons resultados orçamentais, que inclusivamente nos fizeram adiar a discussão do modelo de financiamento, não deverá fazer-nos esquecer disfuncionalidades estruturais do SNS, cuja manutenção impedirá o sistema de evoluir para os melhores patamares de eficiência, acabando ainda por perturbar medidas mais avançadas de racionalização dos serviços.

Com a gestão de cultura empresarial, implantada nos Hospitais EP, e em breve introduzida também nos ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde), teremos condições para consolidar a mudança, garantir o caminho da sustentabilidade do SNS de matriz socialista.

Mas temos que entrar nas grandes questões estruturantes, eventualmente fracturantes, mas verdadeiramente estratégicas e decisivas quanto ao futuro.

A acessibilidade e a resposta do sistema.

Com o número de médicos nos hospitais, com o número de camas, com o número de unidades hospitalares, será aceitável a manutenção de tão grande lista de espera cirúrgica?

Será aceitável tão grande atraso nas consultas externas hospitalares?

E a burocracia e a dificuldade de acesso a uma consulta de Medicina Familiar? Podemos ficar satisfeitos com as USFs organizadas até agora?

Estas questões têm que ser enfrentadas, analisadas, procurando ir à razão das coisas.

A introdução da gestão empresarial conduz a algum aumento da produção, mas não vai além disso.

Porquê?

Porque há uma cultura de relação com o estado, assimilada e cristalizada nalguns grupos profissionais, indutora de resistências, e uma tendência para a captura desse mesmo estado, por muitos profissionais.

O que se passa nalgumas especialidades cirúrgicas é indecoroso.

Há que assumir a partir de agora outras reformas estruturantes.

Só a separação do público e do privado poderá proporcionar os melhores níveis de eficiência, a transparência, a salutar concorrência, uma maior racionalização, a introdução efectiva dos ganhos pelo desempenho, e algum elemento de risco no sector público.

Até lá vamos criando Peclecs, Sigics, programas de recuperação de listas de espera, que se vão repetindo, anos e anos, governo após governo, pagando actos cirúrgicos à peça, que deveriam ser realizados em horário normal. E com que resultados? E a que preço?

O Estado tem que se livrar de capturas, e enquanto se mantiver como prestador não deve reacear a concorrência de quem, de forma convencionada, faça mais e melhor pelo mesmo preço, fornecendo aos cidadãos cuidados médicos de qualidade em tempo clinicamente correcto.

Projectos PIN avançam no Algarve

UNIVERSIDADE MERIDIONAL

A CONSTRUÇÃO dos projectos turísticos "Palácio Valverde Resort & Spa Hotel", em Loulé, e "Terras de Verdelago", em Castro Marim, reconhecidos como de Potencial Interesse Nacional (PIN), deverão avançar já a partir do final do primeiro trimestre deste ano, altura prevista para a conclusão dos respectivos processos de licenciamento, anunciou, em Faro, o presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

Basílio Horta falava durante um seminário subordinado ao tema "Factores para o investimento estrangeiro: que qualidade deverá ter o investimento estrangeiro em Portugal?", no âmbito da Universidade Meridional promovida pelo PS/Algarve.

Na sua intervenção, Basílio Horta apontou ainda a morosidade dos sistemas judicial e de licenciamento como dois dos principais obstáculos à atractividade de Portugal enquanto destino de investimento directo estrangeiro, cujo saldo em 2006 atingiu um crescimento de cerca de 80 por cento relativamente ao ano anterior.

Basílio Horta realçou que os 12 projectos reconhecidos como PIN na região, 11 dos quais turísticos, representam um investimento de 1747 milhões de euros e irão gerar cerca de sete mil novos postos de trabalho.

Sublinhando o impacto dos projectos no que concerne à "qualidade e diversificação de novos produtos turísticos, que contribuirão de forma decisiva para a afirmação do Algarve como destino de excelência", o orador considerou no entanto



que a região "não se deve ficar pelos investimentos turísticos", devendo apostar também noutros sectores, como as tecnologias de informação e comunicação e a investigação biotecnológica.

Segundo o presidente da AICEP, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Projectos PIN (CAA-PIN) indeferiu, até 31 de Dezembro de 2007, 11 projectos candidatos a este estatuto no Algarve, por falta de sustentabilidade territorial e ambiental. A nível nacional, a CAA-PIN recebeu para apreciação 139 candidaturas, dos quais 73 foram reconhecidos como PIN e 44 foram arquivados por não cumprirem os requisitos necessários à classificação.

Basílio Horta referiu ainda que a Aicep prepara-se para avançar em breve com a criação dos PIN+, estatuto que permite aumentar a capacidade de acompanhamento e de rapidez de decisão relativamente aos projectos candidatos.

Em matéria da atractividade de Portugal para a captação de investimento directo estrangeiro o

presidente da Aicep apontou como factores positivos determinantes, entre outros, "a estabilidade política com um Governo de maioria parlamentar, o ambiente de recuperação do crescimento económico e a ausência de conflituosidade laboral".

Optimista quanto à evolução da economia portuguesa, Basílio Horta sublinhou que as taxas de crescimento previstas para 2008 e 2009 são de, respectivamente, 2 por cento e 2,2 por cento, o que, a confirmar-se, permitirá um crescimento do PIB português a um "ritmo superior à média dos países da zona euro".

Mas advertiu que este é um ano a ser encarado com muita seriedade. "Não há lugar para pessimismos mas temos de encarar 2008 com cuidado, com os pés na terra, o que significa uma forte coordenação entre todas as variáveis do desenvolvimento económico", disse o presidente da AICEP, considerando no entanto que Portugal é um país em mudança e se continuar "no bom caminho, em termos de economia e de sociedade, o futuro será sorridente para todos".

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota normal:
semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida:
semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Sócrates anunciou novas medidas de carácter social

Aumento para 400 euros do complemento solidário para idosos, a criação de um novo subsídio social de maternidade e o aumento de 20 por cento no abono de família para as “famílias monoparentais”, foram as medidas anunciadas por José Sócrates no Parlamento durante o debate quinzenal.

COMO realçou o primeiro-ministro, tratam-se de medidas novas que “vêm na mesma linha das políticas sociais desenvolvidas para combater pobreza e das políticas de estímulos à natalidade”.

Em relação ao complemento solidário para idosos, disse José Sócrates, haverá a partir de agora “uma actualização extraordinária de seis por cento”, passando este a fixar-se nos 400 euros mensais. O complemento para idosos, recorde-se, actualmente é de 323,5 euros, o que levou o primeiro-ministro a afirmar que “nenhum idoso deve ter a partir de agora em Portugal menos que 400 euros”.

Para além desta iniciativa foi ainda anunciada a criação de um novo subsídio de maternidade, designado “subsídio social de maternidade”, dirigido às mães que não tiveram carreira contributiva

durante a sua vida activa.

Deste modo, acentuou Sócrates, todas as mães passarão a receber 325 euros nos quatro meses correspondentes ao período do actual subsídio de maternidade.

O primeiro-ministro anunciou também, no debate, no dia 31 de Janeiro, que o Governo aumentará em 20 por cento o abono de família “para as famílias monoparentais” que na sua opinião “são aquelas que estão em maior risco de pobreza”.

Resultados palpáveis

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, afirmou que o Governo pode fazer “um balanço positivo das medidas e resultados que já são palpáveis” na área social, tendo como pano de fundo a reforma do

Estado Social, de forma a garantir a sua sustentabilidade.

E apontou a reforma da Segurança Social, que tirou Portugal da “zona de alto risco”, a convergência do regime geral e da Função Pública, a eliminação dos subsistemas de Segurança Social, o programa de combate à fraude e evasão contributiva da Segurança Social e o aumento da equidade da ADSE, como “medidas consistentes” tomadas pelo Governo no âmbito da reforma do Estado Social.

Na sua intervenção, Alberto Martins elogiou ainda a nova geração de políticas sociais lançadas pelo Governo, referindo neste domínio, entre outras medidas, a importância de medidas como o Rendimento Social de Inserção, com o aprofundamento dos programas de inserção, o complemento solidário para idosos, o programa faseado de aumento do salário mínimo e o alargamento da rede de equipamentos sociais.

“Estas são políticas de equidade e justiça social”, sublinhou o líder da bancada parlamentar socialista. **R.S.A.**

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

Esta nova matriz política implica uma aposta mais forte nas pessoas e no seu bem estar, colocando-as no centro do modelo de sociedade desejável

O CANTO DO CISNE

A ACTUAL crise económica e financeira que afecta os mercados mundiais constitui o canto do cisne do neoconservadorismo, mistura explosiva de desregulação económica e intolerância moral, que dominou a sociedade americana nos últimos anos.

O falhanço da narrativa e da estratégia neoconservadora coloca um desafio estimulante à esquerda moderna, em particular aos democratas americanos e aos socialistas e social democratas europeus, que têm agora uma oportunidade única de evitar as tentações de retorno ao neoliberalismo enquanto projecto político global, propondo e concretizando em alternativa uma matriz política inovadora baseada na equidade social e na sustentabilidade ambiental.

Esta nova matriz política implica uma aposta mais forte nas pessoas e no seu bem estar, colocando-as no centro do modelo de sociedade desejável, em vez de as usar como mais uma parcela de funções de produção que tendem a sacrificar a dignidade e o humanismo em nome dos indicadores tecnocráticos da linguagem económica.

A solução sólida da actual crise económica e financeira global será tanto mais conseguida quanto mais se focar na economia real e não na economia nominal.

Em Portugal, são as respostas da economia real e os sinais positivos que dela emanam, reflectidos em novos investimentos, na subida dos produtos na cadeia de valor e na maior sofisticação dos processos, que dão corpo ao capital de esperança fundamental para que a crise possa ser amortecida e ultrapassada, constituindo mesmo um estímulo para a retoma da convergência do país com a média europeia em termos de riqueza económica.

Estes sinais positivos da economia real, reforçados e amplificados por políticas públicas focadas nas qualificações, na modernização empresarial e nas estratégias de eficiência colectiva em sectores emergentes de elevado potencial ou em sectores tradicionais em reconfiguração, são a base dum modelo de crescimento sustentado baseado em valores de solidariedade e igualdade de oportunidades próprios da esquerda do século XXI.

O canto do cisne do neoconservadorismo pode abrir caminho ao regresso do neoliberalismo puro e duro ou, pelo contrário, ser o início de uma nova era de políticas mais próximas dos cidadãos e socialmente mais avançadas. Políticas de que a prática de governação em Portugal tem sido precursora e que se reflectem de forma clara no novo ciclo da Agenda de Lisboa. O jogo político global está de novo em aberto. A esquerda moderna tem que ir a jogo para ganhar.



“Nenhum idoso deve ter menos de 400 euros mensais de reforma”

“O novo subsídio social de maternidade, fixado em 325 euros, destina-se às mães que não tiveram carreira contributiva”

“São medidas novas, mas na linha de outras políticas sociais entretanto já desenvolvidas por este Governo para combater a pobreza e de estímulo à natalidade”



“A nova lei das autarquias reforça o poder das assembleias municipais”

O novo regime de eleição dos titulares dos órgãos municipais constitui um importante avanço e um aperfeiçoamento do sistema de governo das autarquias locais.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o deputado Mota Andrade sublinha o facto de o modelo proposto garantir maior “transparência, governabilidade e estabilidade à gestão autárquica”, favorecendo, paralelamente, uma mais adequada fiscalização às oposições nas assembleias municipais.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O projecto de lei eleitoral das autarquias ainda não está em vigor e já é alvo de um conjunto de reparos e de críticas. Uma das acusações refere que em 31 anos de poder local e nove eleições autárquicas nenhum Executivo camarário caiu pelo facto de governar em minoria. Quer comentar?

De facto, eu também já tenho ouvido essa crítica. Todavia, é sensato dizê-lo que ela não corresponde à verdade. Houve já, com efeito, executivos municipais que caíram precisamente por não disporem de maioria. E nesse caso houve lugar a eleições intercalares. E a razão por que tal aconteceu entronca sobretudo em duas principais causas: ou porque deixaram de ter suporte político, como resultado de um ou mais elementos do partido vencedor terem abandonado ou deixado de apoiar o presidente e a equipa que liderava a autarquia, ou, e é outro cenário a que já assistimos, porque a coligação entre dois ou mais partidos políticos deixou entretanto de se entender e de funcionar. Nestas mais de três décadas que levamos de democracia este cenário, é certo, tem sido minoritário, mas tem acontecido e poderia voltar a suceder caso entretanto o país não aprovasse uma nova lei eleitoral autárquica como está prestes a fazê-lo.

Mas a estabilidade tem sido ou não a imagem de marca das gestões autárquicas?

Sem dúvida que teremos que reconhecer que ao longo destes anos tem havido, de uma maneira geral, estabilidade nos executivos municipais. Mesmo naqueles onde não há maioria. Mas o que queremos agora ao apresentar este projecto de lei eleitoral para as autarquias locais é, não só reforçar e instituir

uma mais sólida estabilidade aos executivos camarários, como uma maior governabilidade, transparência e homogeneidade. E estes são aspectos que reputamos de fundamentais.

O que queremos dizer com isto, e todos nós conhecemos esta realidade, é que, quando nas câmaras municipais não existem maiorias, é necessário recorrer para aprovar os planos e orçamentos ou para aprovar as várias políticas a levar a efeito nos diversos concelhos, ao estabelecimento de acordos com os vereadores da oposição, acordos esses que nem sempre primam pela transparência.

Ou seja, esses acordos, muitas vezes, e é bom reconhecê-lo, não são realizados de forma clara e totalmente transparente. Não raro, esses vereadores afastam-se da força política pela qual foram eleitos, aderindo à maioria e defraudando assim a vontade popular. Também por isso é que houve tão poucas eleições intercalares.

Situação que esta nova lei agora proposta pelo PS em acordo com o PSD pretende corrigir?

Porque não era possível continuar a fazer como a avestruz e fingir que nada se passava de errado com a gestão de um conjunto alargado de municípios.

A partir da aprovação desta nova lei eleitoral para as autarquias, essa clareza e transparência passará a constituir a normalidade porque os acordos para a gestão serão feitos na presença de todos, no local certo que é a Assembleia Municipal. Acabam as negociações à linha, aquilo a que eu posso chamar de pescar o vereador da oposição para encontrar maioria, cenário que com a aprovação desta lei acabará, uma vez que a partir de agora todas as negociações serão feitas de forma clara, nas assembleias municipais.



“A força que ganhar as eleições terá direito a apresentar a sua lista para governar a câmara municipal”

“Não é por causa da nova lei eleitoral que a realidade autárquica dos pequenos partidos políticos é alterada”

Ou seja, a força que ganhar as eleições terá direito a apresentar a sua lista para governar a câmara municipal. Quanto aos vereadores da oposição serão indicados pelas listas não vencedoras, de quem a todo o tempo dependem e perante quem respondem.

E como é que tudo passará a funcionar?

O presidente da Câmara é o cabeça-da-lista mais votada para a Assembleia Municipal.

O presidente da Câmara designa, de entre os membros directamente

eleitos da assembleia municipal, metade mais um dos vereadores, competindo à oposição designar os restantes.

A Assembleia Municipal pode, por iniciativa de um terço dos seus membros ou de qualquer grupo municipal, apresentar uma moção de rejeição, a qual exige a aprovação de uma maioria qualificada de três quintos. A não apresentação ou a não aprovação da moção de rejeição equivale à pronúncia favorável à constituição do órgão executivo.

No caso de ser aprovada a moção de rejeição, o presidente da Câmara no prazo de 15 dias, procede a nova apresentação do seu Executivo, o qual se for de novo rejeitado implica a realização de eleições intercalares.

A maioria qualificada de três quintos tem como objectivo a estabilidade e a governabilidade da autarquia.

E os pequenos partidos não ficarão irremediavelmente afastados da governação autárquica com esta nova lei?

Essa é uma crítica que temos ouvido mas que não corresponde em absoluto à realidade. E isto, porque os chamados pequenos partidos políticos, também com a actual lei não têm uma expressão muito significativa na gestão das câmaras municipais.

Se recorrermos aos exemplos, quer do Bloco de Esquerda (BE), quer do CDS/PP, ambos os partidos com a actual lei apenas dispõem de uma câmara municipal cada um e no caso do BE porque foi buscar uma presidente que já governava anteriormente uma autarquia em nome de uma outra força partidária.

Para se ter uma ideia da demagogia dessa crítica, basta recordar que o BE num total de 2040 mandatos para os executivos camarários, apenas dispõe presentemente de sete eleitos, o que não representa mais do que 0,3 por cento do total. Quanto ao CDS/PP, com 30 mandatos, essa percentagem sobe para uns inexpressivos um por cento.

Não é, como se vê, por causa da nova lei eleitoral, que gostaríamos de ver aprovada até Março próximo, de modo a que possa estar em vigor nas eleições autárquicas de 2009, que a realidade autárquica dos pequenos partidos políticos é alterada.

Pelo contrário, a nova lei eleitoral que propomos vai abrir uma nova janela de oportunidades, proporcionando-lhes uma mais adequada inclusão, uma vez que passarão a ter um papel mais relevante, que poderá por vezes ser determinante, ao nível das assembleias municipais.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa